

Jornal da

Universidade Estadual Paulista
Junho/1987
Ano II — nº 16



unesp

Constituinte, Ciência e Tecnologia

Debate sobre C&T na USP:
Nagle, Goldemberg,
dep. Onofre Corrêa,
Bete Mendes e Paulo Renato.



As propostas das universidades do Estado

Veja, nas páginas 4 e 5,
o que os reitores sugeriram aos deputados da subcomissão de C&T
e a progressão verificada nos textos oficiais visando
a nova Constituição. Na página 3, editorial.

Estatuto voltará a ser discutido

A discussão do novo estatuto da Universidade pelo C.O. já tem uma proposta de encaminhamento. Ela foi apresentada pelo reitor Jorge Nagle na reunião do colegiado do dia 28 último, uma vez que o próprio Conselho não se manifestou a respeito, apesar de solicitado.

Segundo o que foi deliberado, o Conselho Universitário deverá fazer reuniões específicas para a discussão do estatuto a partir deste mês, sempre numa quinta-feira que caia por volta do dia 15. Outra reunião exclusiva para o estatuto está prevista para ser realizada sempre no dia imediatamente posterior às reuniões ordinárias ou extraordinárias de assuntos gerais do C.O.

A proposta de novo estatuto apresentada pela comunidade, discutida nos congressos de reestruturação realizados em 1985 e 1986, será levada em consideração. Mas sobre ela recai uma observação: a de que está estruturada igual ao estatuto atual, se limitando a negar, reafirmar ou modificar o que já está em vigor, ao invés de propor formas inovadoras e que contemple as particularidades da UNESP.

Novas informações esclarecem notícia

A respeito do quadro publicado na página quatro da edição anterior é necessário uma explicação: os números de contratações (docentes e funcionários) ali registrados não correspondem exclusivamente a novas pessoas que começaram a trabalhar na Universidade em 1986. Estão incluídos, equivocadamente: a) formação de contratos temporários em efetivos, através da realização de concursos públicos; b) preenchimento de cargos ou funções que estavam vagos por demissão, aposentadoria ou promoção; c) funções que se encontram vagas e em fase de concurso público.

Diante disso, o número total de docentes em 31 de dezembro de 1986 era de aproximadamente 2.460 (e não 2.499); o de funcionários 4900 — considerando ainda nesse caso que o número apresentado no quadro (5.637) inclui cerca de 350 servidores que deixaram a função na qual são titulares para exercer funções em comissão.

Carta à redação

Como chefe do Departamento de Química do Instituto Básico de Biologia Médica e Agrícola (IBBMA) — campus de Botucatu, desejo cumprimentar em meu nome e dos demais docentes, o trabalho que vem sendo realizado pelo corpo editorial do Jornal da UNESP.

Sem dúvida, tal empreendimento tem contribuído em muito pela difusão e troca de informações dentro e fora da Universidade pela qualidade e atualidade dos artigos publicados.

Aproveitamos a oportunidade para divulgar duas notas referentes ao Departamento.

A primeira, diz respeito ao seu nome, que em março deste ano, deixou de ser Bioquímica e passou a ser Química. A segunda, é que os professores Celso Rossi e Oswaldo Galvão Brasil, foram aprovados em concurso de provimento de cargo de professor titular deste Departamento. Cordiais saudações.

Professor Roque Tamburini Junior.

Documento alerta governo e pede política salarial

Na reunião do Conselho Universitário no dia 28 de maio, a questão salarial dos servidores públicos foi debatida, elaborando-se um documento que foi entregue ao governador, no dia seguinte, pelo reitor, Jorge Nagle. A íntegra do documento é a seguinte:

“O Conselho Universitário da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” — UNESP, considerando que a atual crise, motivada pela inexistência de uma política salarial governamental, em condições de permitir à comunidade universitária enfrentar as vicissitudes do processo inflacionário, à beira do incontrolável, vê-se na obrigação moral de alertar o Governo do Estado e demais autoridades governamentais para os graves prejuízos que advirão certamente para seu corpo docente, técnico e administrativos, se não forem tomadas providências imediatas no sentido de uma recomposição salarial adequada às necessidades atuais, de acordo com a legislação em vigor.

A universidade paulista que, com grandes esforços soube construir um patrimônio cultural e científico reconhecido nacional e internacionalmente, poderá ser atingida de maneira irremediável, se vier a perder, em grande número, seu pessoal qualificado. Não se pode esquecer que a produção do conhecimento científico, tecnológico e artístico está fundamentalmente baseada na qualidade do especialista, cuja formação é um

longo processo que se inicia nos bancos escolares e percorre um longo caminho de aperfeiçoamento em pesquisas, seminários, estágios, para atingir plena maturação no trabalho cotidiano de ensino e pesquisa, no interior da universidade. A formação do especialista, portanto, sempre dependeu de investimentos pesados, o que — em países com as características do Brasil — só foi possível por intermédio do Estado, beneficiário junto com a Nação, da existência de centros de produção de ciência, tecnologia e artes.

Os membros do Conselho Universitário da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” convencidos de que o atual ritmo inflacionário da economia brasileira, com a conseqüente desvalorização dos salários, gerará forte tendência de evasão de seus especialistas para o setor privado, e certos de que a insegurança, o desestímulo e as apreensões, correlatos naturais da precariedade salarial, tendem a afetar seriamente as atividades da comunidade universitária, vêm à presença de Vossa Excelência para, não somente expressar a sua ansiedade em relação às perspectivas sombrias que se descortinam para a universidade, mas, principalmente, para acentuar a necessidade da definição de uma política salarial adequada à preservação do patrimônio cultural e científico do Estado de São Paulo.

Estudos de assentamentos reunidos numa só pesquisa

Como forma de reunir os estudos que vêm sendo feitos por pesquisadores da UNESP sobre os assentamentos de trabalhadores rurais em diversas regiões do Estado de São Paulo, está sendo elaborado um amplo projeto de pesquisa, multidisciplinar e inter-unidades, para mapear estes espaços.

São oito as unidades da Universidade envolvidas neste trabalho: ILCSE-Araquara, FCA e FM-Botucatu, FE-Ilha Solteira, FCAV-Jaboticabal, FEFCS-D-Marília, IPEA-Presidente Prudente e IGCE-Rio Claro. Além de docentes, o grupo de pesquisa inclui também alunos de graduação e pós-graduação.

A idéia da pesquisa consiste em primeiro lugar, em se realizar em todos os assentamentos — tanto aqueles sob a orientação do INCRA como os de responsabilidade do governo estadual — quatro fases comuns de pesquisa: histórico do assentamento, amplo levantamento sócio-econômico, diagnóstico da produção social e organizativa.

Em segundo lugar, o estudo se abre em um amplo leque de opções para encaixar subprojetos específicos não necessariamente desenvolvidos no conjunto do universo da pesquisa. Nesses subprojetos, caberá analisar questões que, ou surgem da realidade concreta e individualizada que marca um dado assentamento, ou se evidenciam a partir dos interesses dos diferentes grupos de pesquisadores. E aqui estarão sendo pesquisados temas sobre a condição feminina, a

saúde, organização política, aspectos vinculados à preservação do meio ambiente etc.

Os assentamentos de trabalhadores rurais hoje, em São Paulo, serão todos abrangidos na pesquisa, somando-se 37 núcleos. É importante esclarecer que, além dos assentamentos propriamente ditos, houve interesse em estudar as roças familiares, os assentamentos emergenciais, e alguns acampamentos que estão em processo de luta pela terra. São espaços instalados desde a década de 50, com o Projeto de Revisão Agrária do Estado, passando pelos projetos do INCRA da década de 70 e chegando às unidades mais recentemente instaladas.

No quadro teórico da pesquisa percebe-se o assentamento, ao mesmo tempo, como fruto das lutas sociais dos trabalhadores, e como espaços para cujo surgimento também interferiu a política oficial. Este entendimento do objeto da pesquisa, de forma complexa e abrangente, se viu facilitado pela própria estrutura multidisciplinar dos pesquisadores envolvidos no trabalho: sociólogos, economistas, geógrafos, engenheiros-agrônomo, médicos, historiadores, pedagogos.

Enquanto os financiamentos — buscados na FINEP, CNPq e MIRAD — não se concretizam, a equipe de pesquisa (cerca de trinta pessoas) estará trabalhando internamente, redimensionando a discussão acerca da “questão agrária” para o espaço dos assentamentos.

unesp

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Reitoria: Praça da Sé, 108 — Cep 01001 — São Paulo, SP.

Campus Universitários: Araçatuba, Araraquara, Assis, Botucatu, Franca, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Jaboticabal, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro, São José dos Campos, São José do Rio Preto e São Paulo.

Autarquia vinculada: Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” (Faculdade de Tecnologia — FATEC — de Americana, Balxada Santista, São Paulo e Sorocaba).

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Reitor: Jorge Nagle

Vice-Reitor: Paulo Milton Barbosa Landim

Diretores das Unidades Universitárias: Alfredo João Rabaçal, Alvanir de Figueiredo, Amilton Ferreira, Antônio Christofoletti, Antônio Espada Filho, Antônio Gilberto F. Fernandes, Antônio Quelce Salgado, Carlos Landucci, Fernando Mesquita Lara, José Ruy Ribeiro, Lourival Larini, Manoel Lelo Belotto, Marcos Alegre, Neivo Luiz Zorzeto, Nilo Odália, Ricardo Antônio Arruda Veiga, Roberto Holland, Sylvio Simões, Waldemar Saffioti, Waldir Gandolfi, Wanderley José de Mello e William Saad Hossne.

Representantes docentes: Jehud Bortolozzi, José Maria Menezes Campos, Manoel Dias Martins, Manuel Molina Ortega e Percy Sampaio Camargo (titulares); Erier Schall Amorim, Gildo Matheus,IVALDO MELITO, Márcio Rubens Graf Kuchembuck e Tereza Correa Carriola (adjuntos); Carlos Erivany Fantinati, Gerson Munhoz dos Santos, José Guimarães Mello, Luís Antônio Toledo e Manoel Victor Franco Lemos (assistentes doutores); Dib Gebara, Fernando Dagnoni Prado, Hamilton da Rosa Pereira, Márcio Antônio Teixeira e Reynuncio Napoleão de Lima (assistentes); Alfredo Alcântara Barreto, Antônio Kimaid, Arlêta Zelante Maryssael de Campos, Carlos Augusto Moraes e Araujo e Ronele Maria de Souza Pina (auxiliares de ensino).

Representantes técnico-administrativos: Aírton Camplesi, Alberto Ney Freitas Simas, Benedito Carlos Piveta, Djalma Cordeiro da Silva, Francisco Inácio Pinheiro, José Firmino Pereira da Silva, Luiz Gonçalves Rodrigues, Mário Yukiyasu, Nilvado Edson de Mello, Reinaldo Teixeira de Oliveira e Sérgio Grosso.

FAESP: Misael de Tulio

FIESP: Carlos Eduardo Uchôa

FCESP: Abram Szajman

Este jornal, órgão da Reitoria da UNESP, é elaborado pela Assessoria de Comunicação e Cultura. Endereço: Praça da Sé, 108, 4º andar (CEP 01001), São Paulo, SP. Telefones: 32-7755 e 32-7757.

Coordenador: Marco Aurélio Nogueira

Redação: José Roberto Ferreira (MT 17.039) — editor; Adriana Machado José Antônio Dahwache e Katia Saisi.

Arte: Celso Pupo

Tiragem: 15.700 exemplares

Composição e impressão: Cia. Editora Joruês. Rua Arthur de Azevedo, 1977 — São Paulo, SP.

A reprodução de artigos, reportagens ou notícias é permitida, desde que citada a fonte.

Aculturação da Ciência e da Tecnologia

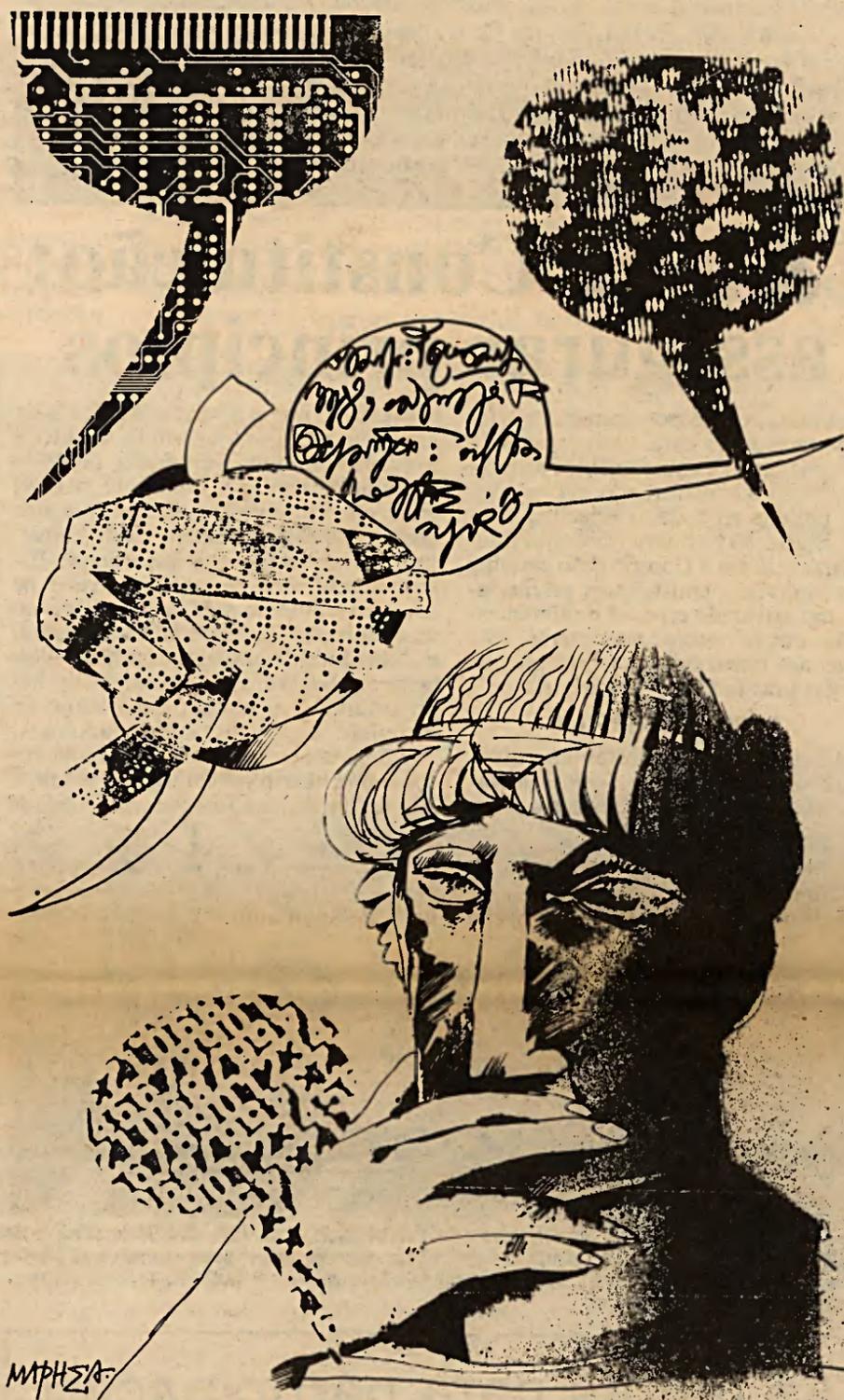
Parece não haver mais necessidade de se ressaltar a importância da Ciência e da Tecnologia (C&T) na sociedade brasileira. Permanece a impressão de que, para essas áreas, já existe lugar claramente assegurado no horizonte cultural das pessoas, sejam governantes, seja a população em geral em seus diversos segmentos, entre estes os dos professores e o dos alunos das escolas de diferentes graus.

Pura ilusão, que não se desfaz pela simples pregação segundo a qual a C&T constitui uma das fontes da atual civilização, igualmente da liberação da vida e da independência e do progresso dos povos. E nem adianta argumentar indicando a existência de pesquisadores em universidades e institutos dedicados a esses campos do saber. Sem dúvida, tais profissionais e instituições constituem um agrupamento de extremo valor, porém isolado e não suficientemente considerado pela sociedade em geral. Tanto é assim que continuam dramáticos os apelos no sentido da valorização dos recursos humanos envolvidos na atividade científica e tecnológica, porque não são proporcionadas condições, mesmo razoáveis, para a pesquisa e para a formação de pesquisadores — o que transforma em meros “slogans” afirmações sobre a necessidade de superação da nossa dependência tecnológica ou sobre a necessidade de se alcançar um desenvolvimento econômico e social autônomo.

Essa situação esclarece porque a ampliação do campo de consciência dos especialistas não é suficiente para difundir, na sociedade como um todo, a importância da C&T; a questão da C&T não pode mais permanecer como assunto exclusivamente de âmbito de cientistas e de tecnólogos.

Não há dúvida de que as necessidades do desenvolvimento científico e tecnológico têm, fundamentalmente, fortíssimas ligações com as universidades e com os institutos de pesquisa; especialmente com as universidades porque nelas se elaboram ou se criam novos conhecimentos por intermédio da pesquisa básica. Tudo isso está correto. É preciso levar em conta, porém, que não basta pensar a C&T, nem atuar no domínio da C&T, exclusivamente ao nível das universidades e institutos de pesquisa.

É igualmente necessária, para responder às demandas, a indispensável contribuição do sistema educacional, aí incluído o escolar, neste caso pelo menos desde a escola de 1.º grau. Mesmo nos países de elevado grau de desenvolvimento científico e tecnológico, a chamada crise educacional também decorre, em boa parte, da defasagem entre exigências do mundo científico e tecnológico e da incapacidade do siste-



ma escolar em dar respostas imediatas a tais exigências.

Nem se deve esquecer a importância de abranger sindicatos, associações de classe, clubes de serviço, enfim, as pessoas em geral, nessa tarefa de demonstrar o significado da C&T para o desenvolvimento do país. E não se deve esquecer porque se trata de difundir os valores culturais próprios da C&T nos mais diferentes segmentos e setores da sociedade e, assim, contribuir para a formação de atitudes favoráveis ao empreendimento científico e tecnológico dos profissionais diretamente envolvidos nessa tarefa. Diligência-se, portanto, no sentido de criar um clima cultural geral que propicie a aceitação, pela sociedade, dos esforços realizados nesse campo da atividade, clima esse capaz de desenvolver padrões de comportamento (modos de pensar, de agir e de

sentir) que sejam compatíveis com esse mesmo campo.

Evidentemente, tal clima não pode excluir — pelo contrário — produções intelectuais como as da Filosofia e das Artes e, muito menos, limitar-se a incluir, no campo da C&T, apenas o que tradicionalmente nele vem abrangido, por exemplo, as Ciências Físicas e Naturais ou a Engenharia, a Agronomia ou a Medicina. O domínio da C&T fica demasiadamente restringido e falsamente comprimido se não for contemplada a área das Ciências Sociais, ou melhor, a área das Ciências Humanas, aí incluída a da Educação. A restrição, ainda existente, constitui falha que precisa ser corrigida.

A correção precisa ser imediatamente feita e pelos mais diversos motivos. De um lado, não tem muito sentido considerar a Física ou a Biologia como

verdadeiras ciências e afirmar que a Política ou a Sociologia não podem ser concebidas como tais, embora haja especificidades nos respectivos modelos de cientificidade. De outro lado, também não tem muito sentido presumir que procedimentos tecnológicos não cabem, não devem ser ou não são empregados quer no campo das Letras ou da Geografia, quer no domínio da Psicologia ou da Educação. Finalmente, as Ciências Humanas precisam ser muito bem consideradas no mundo da C&T até por causa de questões envolvidas, tais como o papel do Estado e da iniciativa privada, os impactos sobre o mercado de trabalho, a preservação do meio ambiente ou a do bem-estar da população, a dependência colonialista...

Somente o que foi dito — e resta, ainda, muita coisa a dizer sobre o assunto —, mostra que a questão da C&T não se esgota na discussão no âmbito de determinadas ciências ou determinadas tecnologias. A questão é muito mais ampla e rica. Diz respeito à sociedade como um todo, por ser um traço marcante da época atual. Por isso mesmo, é imprescindível uma tomada de consciência que seja a mais abrangente possível. Daí a afirmação segundo a qual o tema C&T transforma-se em problema social e, enquanto tal, deve ser compreendido pelos diversos segmentos e setores da sociedade brasileira. Trata-se, assim, além de sua importância como “serviço”, de seu valor enquanto bem cultural.

Uma vigorosa política científica e tecnológica para o país, para ser aceita até em relação aos esforços e sacrifícios dela decorrentes, precisa ter, em contrapartida, também um forte suporte cultural. A intermediação de indispensável suporte cultural alerta para o fato de que, pelo menos, faltam alguns cuidados ou iniciativas no processo de difusão e de sedimentação dos valores e padrões culturais relacionados à C&T, seja nas escolas, seja fora delas. Quanto às escolas, em geral, sabe-se o quanto é deficiente o ensino da Ciência e da Tecnologia, acrescentando-se que, quanto à Tecnologia, ela se encontra ausente dos currículos tanto das escolas de 1.º e de 2.º graus, como até mesmo das escolas de 3.º grau — não devendo ser omitida a inexpressiva quantidade de escolas com conteúdo propriamente tecnológica no “sistema” escolar brasileiro. E fora das instituições escolares, há quase um completo vazio, não fosse a presença, esporádica e mal conduzida, de algumas atividades nesse domínio, que também pecam pelo seu caráter de mera curiosidade, quando não por suas características fantasiosas ou fantásticas.

De qualquer modo, há um novo mundo a ser explorado no sentido de valorizar a importância da C&T, de modo a aculturá-la, firmemente, na sociedade brasileira.

A Constituição deve conter os princípios gerais de uma política de Ciência e Tecnologia, deixando para as leis ordinárias e complementares a detalhação e a concretização desses princípios. Foi essa, em linhas gerais, a proposta dos três reitores das universidades estaduais de São Paulo, apresentada à Subcomissão de Ciência e Tecnologia.

Quanto a esses princípios, o reitor da UNESP, professor Jorge Nagle, propõe três pontos que considera fundamentais constarem do texto constitucional. Em primeiro lugar, a Constituição deve proporcionar condições necessárias para o desenvolvimento econômico e social autônomo, superando a dependência tecnológica do Brasil. Em segundo, garantir a autonomia da pesquisa científica e, em terceiro, valorizar os recursos humanos envolvidos na atividade científica.

Desdobrando esses princípios, o reitor da UNESP acrescenta que a nova Constituição deve deixar muito claro o papel da universidade no domínio da Ciência e Tecnologia, considerando-a como um núcleo de criação e de projetos na área. Segundo Nagle, é preciso ainda que haja um dispositivo que articule os núcleos de produção do conhecimento com os usuários desse conhecimento, ou seja, que haja articulação entre o sistema de produção do conhecimento e o sistema produtivo.

Um outro desdobramento desses mesmos princípios a que o reitor faz inferência é sobre quem deve ser ouvido a respeito das questões de ciência e tecnologia. "Apesar da comunidade científica ter um papel fundamental, se se pretende criar uma consciência nacional sobre ciência e tecnologia, outros grupos além dos acadêmicos precisam ser ouvidos", explica. (Essa idéia sobre aculturação da ciência e tecnologia é tratada no editorial à página 3).

TRATAMENTO ESPECIAL

Jorge Nagle lembra também que é importante deixar claro nos dispositivos constitucionais o papel do Estado e o da iniciativa privada em relação à ciência e à tecnologia. "Ao Estado deve caber a grande responsabilidade no sentido de desenvolver a ciência e a tecnologia mas — ressalva o reitor — deve haver também algum dispositivo que indique a responsabilidade da iniciativa privada, além de dispositivos que indiquem as fontes de recursos para operar essa política de desenvolvimento da ciência e da tecnologia".

Quanto aos recursos destinados ao desenvolvimento científico e tecnológico, o reitor Paulo Renato, da Unicamp, acrescenta que "no Brasil, são claramente insuficientes e menores, em proporção à riqueza nacional e ao gasto público, do que em países com grau de desenvolvimento semelhante". Parece-lhe, portanto, fundamental garantir esses recursos, através do estabelecimento de mecanismos que permitam a vinculação entre o setor produtivo nacional e o desenvolvimento tecnológico especificamente, o que deveria se dar num plano a longo prazo com garantias da ampla participação da sociedade na sua definição. Outro aspecto que o reitor da Unicamp lembrou foi o da necessidade de um tratamento diferenciado, do ponto de vista administrativo e jurídico, para a pesqui-

No dia 15 de maio, nove deputados e um senador que fazem parte da subcomissão constituinte de ciência e tecnologia (C&T) estiveram em São Paulo, na USP, para um debate com representantes de setores da sociedade com vistas a elaboração da nova Constituição.

Pelas universidades, foram convidados os reitores Jorge Nagle, da UNESP, Paulo Renato Costa Souza, da Unicamp, e José Goldemberg, da USP.

Aqui, as propostas dos reitores (na matéria abaixo), a progressão verificada no processo constituinte em relação aos temas de C&T (página ao lado) e as condições para que a sociedade insira no plenário do Congresso as suas propostas para a Constituição. (no box).

C&T na Constituição: assegurar princípios

sa científica, como por exemplo a criação de facilidades para a importação de livros, materiais e equipamentos estratégicos. Mesmo considerando que esse aspecto poderia ser tratado especificamente em legislação ordinária, segundo Paulo Renato caberá à Constituição garantir que a pesquisa científica seja privilegiada como atividade especial e diferenciada dos outros setores produtivos, não apenas nas universidades e institutos de pesquisa mas também na indústria.

PESQUISA BÁSICA

Referendando as propostas dos outros dois reitores, o professor José Goldemberg, reitor da USP, manifesta sua preo-

cupação de que a Constituição garanta um apoio adequado à pesquisa científica fundamental, uma vez que a pesquisa tecnológica tem sido objeto de atenção crescente por parte do governo. Sua proposta é que seja incluído no texto constitucional um artigo que imponha ao Estado a incumbência de garantir, através de lei, o investimento público necessário ao desenvolvimento científico fundamental e à liberdade de pesquisa científica. Goldemberg lembra, como exemplo de sua importância, a recente descoberta de materiais cerâmicos supercondutores. "A supercondutividade é um fenômeno físico descoberto no começo do século e que se julgava, até recentemente, apenas

uma curiosidade científica ou um tipo de desenvolvimento científico que teria aplicações extremamente reduzidas. Mas isso mudou porque o trabalho científico acabou de desenvolver um novo tipo de material que permite considerar a supercondutividade como fator de grande aplicação tecnológica, como no transporte da eletricidade". As universidades brasileiras (USP e Unicamp) foram as únicas do terceiro mundo que conseguiram reproduzir, apenas um mês depois, os resultados obtidos em laboratórios americanos e japoneses. "Isso demonstra que o país está em condições de acompanhar o desenvolvimento tecnológico porque há quinze ou vinte anos pesquisadores estão estudando a questão da supercondutividade", explica. O reitor da USP ressalta que "se o país começasse agora, não adiantaria o governo colocar bilhões de cruzados nisso, porque seriam necessários pelo menos dez anos para que os mesmos resultados fossem obtidos".

No caso do desenvolvimento tecnológico, os três reitores defendem a manutenção dos princípios estabelecidos no anteprojeto Afonso Arinos: incentivo às universidades, centros de pesquisa e indústria nacionais, com destinação dos recursos necessários; integração no mercado e no processo de produção nacional; subordinação às necessidades sociais, econômicas, políticas e culturais, dando-se prioridade ao esforço para a completa incorporação dos marginalizados na sociedade; respeito às características sociais e culturais do país e plena utilização dos recursos humanos e materiais; e reserva de mercado interno nos casos que o exija o desenvolvimento econômico e tecnológico. Essa distinção entre desenvolvimento científico e tecnológico é, para Goldemberg, de suma importância, devendo ser assegurado, sem qualquer limitação o apoio ao desenvolvimento científico básico.

RECURSOS

Quanto às fontes de recursos para essa política de C&T, Jorge Nagle propõe uma diferenciação entre as empresas estatais ou mistas e as privadas. Para as primeiras, o reitor da UNESP sugere que, ao invés de aplicar 5% de seus lucros, como aparece no anteprojeto Afonso Arinos, se defina por um percentual de sua receita, uma vez que há sempre uma interrogação quanto ao fato de uma empresa pública ou mista ter lucro, pois, nessas empresas, o lucro é administrado em função de uma política de tarifas e investimentos. Dois exemplos reforçam ainda mais a idéia de se considerar o faturamento ao invés da lucratividade: a Petrobrás e as energéticas paulistas investem em pesquisa respectivamente 0,8% e 0,7% de seus faturamentos, o que representam US\$ 87 milhões e US\$ 21 milhões.

No caso das empresas privadas, Nagle propõe a criação de incentivos fiscais, semelhantes à Lei Sarney para a cultura, onde a empresa poderia investir parte do seu imposto a pagar no desenvolvimento científico e tecnológico.

Essas duas frentes — de um lado, as estatais destinando parte de seu faturamento e, de outro, as privadas investindo através de incentivos — iriam assegurar recursos para o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica.



Participaram da mesa do debate: (da esq. para a dir.) Jorge Nagle — da UNESP, José Goldemberg — da UNESP, Onofre Correia — vice-presidente da Subcomissão, Betê Mendes — então secretária da Ciência e Tecnologia em exercício, Cristina Tavares — relatora da Subcomissão, e Paulo Renato Costa Souza — da UNICAMP.

As regras para participação

No período de 18 de julho a 17 de agosto a Constituinte vai receber as propostas da sociedade para consideração pelo plenário, desde que inscritas por trinta mil eleitores, em listas organizadas por, no mínimo, três entidades associativas legalmente constituídas que se responsabilizarão pela idoneidade das assinaturas. As demais condições a serem obedecidas são:

— a assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e dados identificadores de seu título eleitoral; a proposta será protocolada perante a Comissão de Sistematização, que verificará se foram cumpridas as exigências estabelecidas para sua apresentação; a Comissão se manifestará sobre o recebimento da proposta, dentro de 48 horas da sua apresentação, cabendo, se a decisão for indeferida, possibilidade de recurso ao Plenário, se interposto por

56 Constituintes, no programa de três sessões, contado da comunicação da decisão à Assembléia.

A proposta apresentada terá a mesma tramitação das demais emendas, integrando sua numeração geral, ressalvado os casos em que receber, unanimemente, parecer contrário da Comissão; será considerada prejudicada e irá ao arquivo, salvo se for inscrita por um Constituinte, caso em que irá a plenário no rol das emendas de parecer contrário.

Na Comissão, poderá usar da palavra para discutir a proposta, pelo prazo de vinte minutos, um de seus signatários, para esse fim indicado quando da apresentação da proposta; cada proposta deverá circunscrever-se a um único assunto, independentemente do número de artigos que contenha; cada eleitor poderá inscrever, no máximo, três propostas.

Debates estão promovendo avanços nas propostas

Apesar de os passos decisivos da Constituinte estar ainda para serem dados, pode-se assegurar que as questões a respeito da ciência e da tecnologia ganharam volume e peso na vida nacional, a partir da detonação formal do processo constituinte — cujo pavio foi a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, instituída por decreto em julho de 1985. Presidida pelo jurista Afonso Arinos de Melo Franco, a comissão reuniu 48 pessoas, representando vários setores da sociedade.

E o texto proposto mostra um significativo avanço para a C&T. Enquanto na Constituição atual o assunto merece, junto das letras e das artes, um acanhado artigo (o 179) ilustrado por um único inodoro e inosso

parágrafo, no documento da comissão é objeto de três artigos bem recheados.

Já no Congresso Constituinte, foi incluído em uma comissão — da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação — e desta para uma subcomissão, que tratou também da Comunicação.

A subcomissão colheu cerca de cinquenta depoimentos e recebeu perto de cinco mil propostas, o que serviu para condimentar os debates entre os deputados e fermentar tanto o texto da relatora Cristina Tavares como o da própria subcomissão. Veja a progressão no quadro abaixo.

A parte dos progressos verificados, setores da comu-

nidade científica e da intelectualidade reclamam de um aspecto que consideram de fundamental importância para assegurar o desenvolvimento da C&T no País e que não foi tocado nem pela Comissão Afonso Arinos, nem pela Subcomissão da Constituinte: a regulamentação da importação de conhecimentos científicos e tecnológicos. A permanecer a situação atual, esses setores acreditam: 1) que a criação nacional é “esterilizada” nos casos em que a importação favorece o lucro das empresas de bens de serviços; 2) que o país gasta recursos para satisfazer necessidades de uma parcela muito pequena da população; 3) que o país paga caro para se manter atrasado, uma vez que a tecnologia que aqui chega já é ultrapassada no país de origem.

	CONSTITUIÇÃO ATUAL	COMISSÃO AFONSO ARINOS	DEP. CRISTINA TAVARES	SUBCOMISSÃO
PRINCÍPIOS	Contém um único artigo (179) que diz que “as ciências são livres”. E um único parágrafo: “O poder público incentivará a pesquisa e o ensino científico e tecnológico”.	Cabe ao Estado, sem prejuízo da iniciativa privada, prover ao desenvolvimento da C&T, com estímulo à pesquisa, à disseminação do saber e ao domínio e aproveitamento adequado do patrimônio universal de inovações. O desenvolvimento científico e tecnológico deve respeitar as características culturais e sociais do país e subordinar-se às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade.	O Estado promoverá o desenvolvimento científico e a autonomia tecnológica, atendendo as prioridades nacionais, regionais e locais, e fará a difusão dos resultados visando a transformação da sociedade no sentido de assegurar a melhoria das condições de vida e de trabalho da população e do meio ambiente. É garantida ao pesquisador a liberdade de opção e à sociedade o controle das aplicações da tecnologia. A pesquisa deve estar voltada para a realização do bem comum.	O Estado promoverá o desenvolvimento científico e a capacitação tecnológica para assegurar a melhoria das condições de vida e de trabalho da população e a preservação do meio ambiente. A pesquisa promovida pelo Estado refletirá prioridades nacionais, regionais, locais, sociais e culturais.
MERCADO		O desenvolvimento da C&T deve estar integrado ao mercado e ao processo produtivo. Reserva do mercado interno nos casos em que a exija o desenvolvimento econômico e tecnológico. Os setores públicos darão preferência aos bens e serviços nacionais na área de informática.	O mercado integra o patrimônio nacional, devendo ser ordenado de modo a viabilizar o desenvolvimento sócio-econômico, o bem estar da população e a realização da autonomia tecnológica e cultural da nação. A reserva do mercado interno será estabelecida por lei em função do desenvolvimento econômico e da autonomia tecnológica e cultural nacionais. O Estado, nas suas compras e serviços, dará preferência à indústria nacional.	Idem. E mais: os setores públicos privilegiarão como critérios de concessão de incentivos, de compras e de acesso ao mercado brasileiro a capacitação científica e tecnológica nacional.
EMPRESA NACIONAL			Empresa nacional é aquela cujo controle de capital esteja permanentemente em poder de brasileiros e que constituída e com sede no país, nele tenha o centro de suas decisões. Além disso, nas empresas onde a tecnologia seja fator de produção determinante, somente serão consideradas nacionais quando estiverem, em caráter permanente, sujeitas ao controle tecnológico nacional. Entende-se por controle tecnológico nacional o poder de direito e de fato para desenvolver, gerar, adquirir e transferir tecnologia de produto e de processo de produção.	Idem.
TRABALHO			As organizações de trabalhadores deverão participar nos processos decisórios relativos a implantação de sistemas de automação. A automação não implicará em perdas para os trabalhadores ou demissões.	Participação dos trabalhadores nas vantagens advindas do processo de automação. As empresas darão prioridades aos seus empregados nos programas de reciclagem que promover.
RECURSOS		O Estado destinará os recursos necessários às universidades, centros de pesquisa e indústrias nacionais. Empresas que atuam em setores industriais dependentes de processos tecnológicos de contínua utilização são obrigadas a investir em pesquisa. Empresas estatais e mistas são obrigadas a aplicar um mínimo de cinco por cento de seus lucros no desenvolvimento de C&T.	O poder público providenciará incentivos específicos a instituições de ensino e pesquisa e a empresas nacionais que realizem esforços na área de investigação científica e tecnológica. Empresas estatais, mistas e privadas que se dediquem à produção de bens e serviços intensivos em tecnologia aplicarão não menos do que 5% do seu lucro em C&T. Organismos de desenvolvimento regional aplicam um mínimo de 5% dos seus orçamentos nas universidades públicas e instituições de pesquisa da região.	Os incentivos do poder público para instituições de ensino e pesquisa, universidades e empresas nacionais deverão estar de acordo com os objetivos e prioridades nacionais. A União aplicará uma parcela anual do seu orçamento, a ser definida em lei ordinária, na capacitação científica e tecnológica. As empresas estatais e mista aplicarão um percentual mínimo de seu orçamento, para o desenvolvimento da capacitação tecnológica. As empresas privadas receberão incentivos para que apliquem recursos nas instituições de ensino e pesquisa. Os organismos públicos de desenvolvimento regional aplicarão na capacitação científica e tecnológica da região um percentual mínimo dos seus recursos. Em todos os casos, os percentuais serão definidos em lei ordinária.

ENTREVISTA

ANTÔNIO BARROS DE ULHÔA CINTRA



A liberdade é o que interessa

Ex-reitor da USP, de 1960 a 1963, ex-secretário da Educação, de 67 a 69, dirigente universitário com experiências no Exterior, o professor emérito da Faculdade de Medicina Antônio Barros de Ulhôa Cintra aceitou a aposentadoria mas não deu o braço a torcer e permanece em atividade na Faculdade. Ao lado disso, continua sendo um crítico apaixonado da universidade brasileira, que, ao seu ver, precisa da "liberdade verdadeira" e não simplesmente da democracia. Toda a legislação da universidade, costuma dizer, deveria ser resumida a um único artigo: "A universidade será regulada pelo bom senso", propõe. Este e outros assuntos são discutidos nesta entrevista.

O senhor foi reitor da USP de 1960 a 63, no início de uma década marcada por manifestações estudantis em vários países do mundo ocidental, ou seja, num período agitado na universidade. De outra parte o senhor se diz um meio-anarquista. Como o senhor analisa as questões que estão sendo colocadas hoje em termos de processo de democratização da universidade? Está do seu agrado?

O que me desgosta profundamente é que, em vez de buscar a liberdade verdadeira, a universidade procura uma coisa que ela chama de democracia, que é a participação de todos na administração — uma tentativa de comando, de mando, de domínio, não para criar mas para ter o poder nas mãos. É aluno querendo mandar, é funcionário querendo mandar. É questão de poder mesmo, porque na hora que essas reivindicações fossem atendidas não faria nenhuma diferença para a universidade a via que tem gente mandando, ou parecendo que manda, apenas isso. Digo sempre que essa brincadeira de anarquista tem um fundo muito sério. E o fundo muito sério é que eu quero a liberdade de verdade. Eu gostaria que a universidade moderna fosse desvinculada de estruturas solidificadas e rígidas em termos administrativos. Eu queria que os intercâmbios para o desenvolvimento da pesquisa científica fossem ampliados mas sem que tivessem regras ou leis de, por exemplo, escolha de professor. A rigidez que existe é absurda, absurdo que se estende também para a carreira universitária. Esta teria de variar de acordo com a natureza das coisas; não é preciso existir uma carreira universitária e muito menos com prazo fixado. Acho uma monstruosidade isso. E, digo mais, a minha proposição para a legislação é pura e simplesmente esta: artigo primeiro — a universidade será regulada pelo bom senso; artigo segundo — revogam-se as disposições em contrário. Proponho isso porque cada item a mais numa legislação significa uma porta fechada a mais. E por que temos então tantas portas trancadas? Porque existe o medo de que ocorra alguma bandalheira promovida por algum setor, porque existe o medo de que alguém possa escapar do prazo e de repente um sujeito de talento poder concorrer a uma cátedra. Então, é isso que está sendo feito; muito raramente se vê portas serem abertas para a livre entrada de idéias. Eu prefiro discussão livre, prefiro que estudante fale o que ele queira, converse o que quiser. Agora, ele quer o poder para reestruturar com outro amontoado de normas trata-se de uma fantasia destruidora fantástica, a exemplo da Constituição do Brasil que, como se pretende, deverá ter quinhentos artigos. Enquanto os homens da universidade não confiarem um pouco mais uns nos outros a gente não sai disso. Eu preferiria até que as escolas, por exemplo, que estão agregadas a universidades de nome e sujeitas a uma porção de coisas que dependem de conselhos universitários tivessem mais liberdade de ação interna em seu desenvolvimento. Aliás, observo que o desenvolvimento da ciência no Brasil se deve basicamente ao talento individual, se deve ao pesquisador que tem talento, idealismo e coragem de trabalhar. Sem isso você pode

articular o que quiser, montar departamentos, equipar laboratórios, dar tudo o que quiser, que não vai adiantar muito. Toda coisa criativa tem que ter uma certa chama de pessoa e a universidade tem que agasalhar essa chama.

Isso mostra que o senhor é favorável à idéia de que o docente não precisa necessariamente dividir equilibradamente suas atividades de ensino, pesquisa e extensão e que, ao contrário, se dedique mais às atividades para a qual tenha maior vocação?

Sou favorável. A universidade deveria ser mais maleável nessa questão. O sujeito poderia ser só professor, só investigador ou ser as duas coisas. O regime de dedicação integral deveria ser completamente diferente, deveria ser variável e até temporário. Uma pessoa que tivesse uma idéia e quisesse fazer uma tese poderia expor seu plano de trabalho a uma comissão e, se aprovado, ela tivesse auxílio para realizar o seu trabalho. E se o resultado fosse compatível com o nível de livre-docência, por exemplo, que essa pessoa fosse imediatamente promovida a livre-docente. Ela daria um pulo na carreira ao invés de se submeter à sequência exigida. Aliás, essa sequência na carreira universitária é uma coisa completamente desastrosa para a vida intelectual.

MULTIVERSIDADE

Ulhôa Cintra foi um dos introdutores, no cenário científico e cultural, da idéia sobre multiversidade, em oposição à de universidade.

Enquanto reitor, Ulhôa Cintra tomou parte no "Council on Higher Education in the American Republics", com sede em Nova York e patrocínio por diversas fundações americanas, que reunia reitores de várias universidades norte-americanas e latino-americanas, e da qual chegou à presidência. Essa oportunidade, além de outras como bolsista e visitante em diversas universidades, proporcionou-lhe largo conhecimento sobre as universidades americanas e também europeias. Foi daí que Ulhôa Cintra recorreu ao termo "multiversidade" para definir a universidade americana moderna, diferenciando-a da europeia.

A questão que ele levantava era se haveria um critério para se admitir um limite para o crescimento de uma universidade. Na Alemanha, a resposta encontrada foi que, ultrapassando a cifra de sete ou oito mil alunos, a instituição deixaria de ser uma universidade, entendida como comunidade, sendo melhor criar-se outra. A resposta americana, entretanto, parecia aceitar as grandes universidades, desde que se pudesse sustentá-las e organizá-las com estruturas funcionais e administrativas capazes.

Qual seria o mecanismo de aferição da qualidade do trabalho?

Uma comissão digna poderia avaliar o trabalho e dizer: esta tese tem o valor de uma livre-docência. E pronto. Antigamente era mais ou menos assim; o pesquisador tinha a liberdade para se inscrever no concurso de catedrático sem ter passado

por etapas. A carreira universitária burocratizou a universidade.

A universidade brasileira está mesmo passando por um momento de crise?

Todas as universidades do mundo estão em crise e em crise permanente. Digo mais, a universidade que não estiver em crise está desgraçada. Porque a universidade não é estagnada, não existe universidade que ficou boa para sempre ou que ficou ruim para sempre, ela está variando continuamente e tem que variar. Os assuntos que estão sendo discutidos atualmente demonstram que a variação é permanente. O desenvolvimento científico e tecnológico, por exemplo, está provocando uma variação enorme em muitas áreas de uns anos para cá. Fiquei sabendo que uma escola de engenharia do Texas, nos Estados Unidos, muito bem conceituada e que sempre teve em seus laboratórios equipamentos de última geração, simplesmente desistiu de comprar novos equipamentos porque eles teriam uma vida de cinco anos, o que inviabilizaria o investimento, e passou a fazer convênios com indústrias onde existiam as máquinas. Ao invés de assistir as aulas nos laboratórios da escola, os alunos vão para as indústrias consultar na prática o uso das máquinas.

Ulhôa Cintra acredita que a diferença entre uma e outra resposta está na própria origem dessas universidades. Enquanto as primeiras nasceram e se mantiveram orientadas pela perspectiva da cultura clássica, só aceitando, tardiamente e com relutância, a participação de escolas técnicas em sua vida — como a escola de engenharia, por exemplo, que só recentemente passou a ser escola da Universidade na Alemanha e na Inglaterra — as americanas, ao contrário, nasceram das transformações dos "land grant colleges" de Lincoln, criados com a finalidade de proporcionar ensino técnico, sendo, só depois, incorporadas as ciências e a cultura clássica, humanística e científica.

Essa idéia tradicional de universidade como comunidade, contrapõe-se a atual universidade, que Ulhôa Cintra define como uma série de comunidades e atividades mantidas juntas por um nome comum, um "governo" comum e finalidades relacionadas. Essa seria a idéia de multiversidade, que se diferencia do antigo tipo ideal de universidade, como a de Oxford ou de Berlim.

De qualquer maneira, Ulhôa Cintra lembra que "a transformação da 'casa do intelecto' à moderna 'cidade do intelecto', ou seja, da uni à multiversidade, inclui problemas de mais variada natureza, abrangendo todos os aspectos da função universitária e todos os problemas humanos das diversas 'classes' (ou 'categorias') de seus habitantes".

O senhor acha que a produção científica da universidade brasileira é satisfatória?

Podia ser muito maior.

E o que está faltando?

Um exame profundo mostra que falta

tudo. A universidade está sendo barbaramente tratada por governos em termos de recursos; antigamente tínhamos mais verbas do que hoje. A remuneração do docente também é baixa. Mas os membros da universidade têm uma grande parcela de culpa nessa situação. São culpados porque são omissos no sentido de se dirigir ao governo e ensinar o que ele tem que fazer em relação à universidade; vão ao governo somente nos momentos de acertar o orçamento. E digo isso com conhecimento de causa, porque fui membro do governo, fui secretário da Educação. Eu sofria sozinho numa cadeira sem ter ninguém da universidade que fosse me procurar para fazer alguma proposta ou ensinar alguma coisa. O que eu ouvia era só crítica. Depois me perguntavam, por que o governo não fez tal coisa? Eu simplesmente dizia: porque eu não sabia que tinha que fazer; ninguém me disse que tinha que fazer e o governo não é sábio, o secretário da educação não é sábio.

Quer dizer que a universidade atua pouco.

Pouquíssimo. Nunca diz nada direito, não colabora para tentar resolver nenhum dos grandes problemas nacionais, porque as pessoas da universidade não se reúnem para estudar um problema e propor uma solução. Veja o caso da saúde, por exemplo; não vejo a universidade se juntar e mandar um estudo sério e honesto para o governo no sentido de uma colaboração para estruturação de um serviço de saúde eficiente. Ela é quieta e pura, simplesmente. Faltam iniciativas reais, patrióticas, voltadas para os interesses da sociedade. Há exceções, é claro, mas são muito poucas.

Este já não seria um traço histórico da universidade brasileira?

Acho que sim, infelizmente, porque as nossas universidades são novas e elas nunca tiveram uma atuação destacada ao nível de propostas para os problemas reais da sociedade ao mesmo tempo em que também nunca foram bem tratadas pelos governos. Houve exceções, como nos governos Lucas Garcez, que foi professor universitário, e Carvalho Pinto.

Como o senhor vê a crítica de que os estudantes chegam à universidade sem a formação necessária para iniciarem um curso superior?

A crítica precisa ser procurada por razões de amplitude maior; então não podemos ser unilaterais, precisamos olhar para cima. Convivo muito com universidades estrangeiras e posso afirmar que esse é um problema que existe também nos grandes países do mundo, como Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e França, onde há uma bárbara queixa idêntica à daqui quanto ao nível dos estudantes que chegam à universidade. A Alemanha chegou ao ponto de permitir a entrada em massa de estudantes que naturalmente deveriam ter sido reprovados no vestibular.

O resultado é que o nível da universidade baixou muito e agora está propondo uma espécie de superuniversidade como solução para refazer o nível cultural daqueles que podem ascender a planos mais altos. Na França a coisa foi de tal ordem que resolveram abrir matrícula geral para depois reprovar na passagem do primeiro para o segundo ano. Depois, houve outra mudança: escolha livre de certas matérias e a concessão de diplomas a elas correspondentes que serviam como um cartão de visita para que a pessoa procurasse emprego. Na Inglaterra e nos Estados Unidos a universidade também enfrenta o problema do baixo nível dos alunos. O problema é geral; e não sei no que vai resultar.

O complicador da questão é se a universidade aceita baixar o nível para poder aproveitar o pessoal ou se ela se mantém e marginaliza quem não tiver a formação necessária. Na sua opinião o que deve ser feito?

A minha opinião é a seguinte: não se pode submeter a universidade a uma massa enorme de alunos incapazes, porque o nível da universidade baixa demais e a sociedade vai sentir falta de bons profissionais. Não posso admitir a formação de médicos de nível secundário porque a universidade é paga pelo povo. A sociedade paga impostos que garantem a manutenção da universidade e portanto exige médicos bem formados, senão a universidade deve ser fechada. E com as outras profissões é a mesma coisa. Universidade tem que ser de elite, queiram ou não queiram. Onde está o erro em se conceituar a universidade como supra sumo dos homens? Está na falta de educação moral para que todas as pessoas sejam consideradas iguais, sendo ou não universitários. Todos merecem respeito. O problema é que no Brasil há uma propaganda de valor especial, uma condecoração ao sujeito que é dono de um título universitário. Na Inglaterra, ao meu ver o país mais civilizado do mundo, nunca se chama um médico de doutor ou de professor; é mister fulano, mister beltrano, mister sicrano. Nunca se usa essa expressão, porque se recusa dar a um o título que outros não possuem. E a universidade brasileira está sendo muito desleal ao supervalorizar os que são universitários.

No caso do Brasil, não deveria haver uma possibilidade de a universidade manter o padrão de excelência que julgar necessário mas ao mesmo tempo absorver um grande número de estudantes em busca de uma formação superior?

Eu imagino que o que a França fez talvez seja uma boa alternativa para o Brasil. Ou seja, abrir cursos que tenham várias matérias que possam ser de interesse público e que dessem a possibilidade de as pessoas terem um diploma. A pessoa faz o curso como cartão de visita ou como satisfação pessoal; cursos dos vários ramos do conhecimento em que o interessado poderia até escolher. Mas, isso porque a universidade tem que oferecer cultura, no sentido de conhecimento geral, à sociedade.

Teses e dissertações

DOCENTES

• **Zina Maria Bellodi da Silva** (ILCSE — Araraquara) "Floribela Espanca: Discurso do outro e imagem de si". **Resumo:** Aplicação de um modelo de análise que combina dados de Arte Retórica de Aristóteles com dados sobre os arquétipos de Jung. Foi analisado o discurso de Floribela Espanca em confronto com o discurso do outro, procurando sempre ressaltar que aquele exprime, basicamente, uma imagem de si. **Banca:** Dante Tringali, Fábio Lucas, Antonio Lázaro de Almeida Prado, João Décio e Jorge Cury. **Livre-Docência**, dia 11 de maio, no ILCSE — Araraquara.

• **Rosa Maria da Silva** (IBILCE — São José do Rio Preto) "Epitetos e Adjetivos Qualificativos na Obra de Azorín". **Resumo:** Trabalho de caráter estilístico que focaliza o uso abundante de epítetos e adjetivos qualificativos presentes na narrativa ficcional de Azorín (Espanha, 1873-1967), na tentativa de determinar o papel que esses elementos lingüísticos desempenham na obra do autor alicantino. **Banca:** Guilherme De La Cruz Conrado, Julio Gregório García Morejón, Antonio Manoel dos Santos Silva, Rafael Eugenio Hoyos Andrade e Romildo Antonio Sant'Anna. **Mestrado**, dia 14 de maio, no IBILCE — São José do Rio Preto.

• **Arlindo Leal Boiça Junior** (FE — Ilha Solteira) "Metodologia de pesquisa visando avaliar a resistência de *Sorghum bicolor* (L.) Moench em relação ao ataque de *Diatraea saccharalis* (Fabr., 1794)". **Resumo:** Avaliação das técnicas de infestação artificial de *Diatraea saccharalis* (Fabr., 1794) em plantas de sorgo, utilizando-se ovos, lagartas e adultos desse inseto, relacionando com a idade da planta, objetivando facilitar a condução de pesquisas em resistência de plantas àquela praga. **Banca:** Fernando Mesquita Lara, Sérgio Antonio de Bortoli e Luis Gonzaga Chiavegatto. **Mestrado**, no dia 22 de maio, na FCAV-Jaboticabal.

ALUNOS

• **José Carlos Zamboni** (ILHP — Assis) "O Cantador do Rio Bonito (estudo sobre a música caipira)". **Resumo:** Estudo da poesia popular da área caipira, representada pela produção do compositor Carreirinho, da dupla Zé Carreiro e Carreirinho, muito atuante no rádio e no disco paulista na década de 50. Carreirinho é um autêntico cantador de "causos" em redondilha maior ou menor, bem dentro da tradição do romance medieval. **Banca:** Carlos Erivany Fantinati, Alvaro Lorenzini e Alcides Celso de Oliveira Villaça. **Mestrado**, dia 15 de maio, no ILHP — Assis.

• **José Morceli** (FM — Botucatu) "Revascularização de transplante do baço pela introdução do epiliplo na polpa esplênica". **Resumo:** Foram estudados os aspectos radiográficos e anatomopatológicos do baço em ratos normais, com cirurgia simulada, e em ratos com transplante autólogo, após 6 meses de evolução. **Banca:** Rene Gamberini Prado, Shoit Kobayasi e Nicola Casal Caminha. **Mestrado**, no dia 13 de maio, na FM — Botucatu.

• **Maria Adriana Machado Lobo e Silva** (FMVZ — Botucatu) "Qualificação e quantificação de linfócitos T e B, eletroforese das proteínas séricas, hemograma e níveis de zinco sérico em bovinos saudáveis e portadores de afecções crônicas". **Resumo:** Este trabalho objetivou comparar os níveis de linfócitos T e B do sangue periférico, perfil eletroforético das proteínas séricas, hemograma e taxa de zinco sérico, entre bovinos clinicamente saudáveis e portadores de afecções crônicas. Foram utilizados 87 bovinos, de ambos os sexos, sem raça definida, com idade superior a 18 meses, divididos em dois grupos. O grupo de controle (G1) foi constituído de 49 animais clinicamente saudáveis e o grupo experimental (G2) de 38 animais portadores de afecções crônicas. **Banca:** Márcio Rubens Graf Kuchembuck, José Luis D'Angelino, Maria Tereza Rezakallah Iwasso, Wilson Nakamoto e Clóvis Teixeira de Almeida. **Doutorado**, no dia 07 de maio, na FMVZ — Botucatu.

• **Vera Lúcia de Biasi** (IBBMA — Botucatu) "Atividade forrageira, dieta alimentar, densidade e distribuição espacial das colônias de *Pheidole oxypops* Forel, 1908 (Hymenoptera: Formicidae) na região de Botucatu, SP". **Resumo:** Estudou-se a atividade forrageira diurna, a dieta alimentar, densidade e distribuição espacial dessas colônias. O fluxo das operárias forrageiras foi correlacionado com a temperatura do solo e umidade relativa do ar, a 5cm da superfície, nos períodos mais secos e frios do ano (maio a outubro) e mais chuvosos e quentes (novembro a abril). **Banca:** Virgílio Pereira da Silva, Luiz Carlos Forti, Harold Gordon Fowler, Wilson Badiali Crocomo e Sival Silveira Neto. **Mestrado**, no dia 06 de maio, no IBBMA — Botucatu.

Estrangeiros vêm visitar a UNESP

Nos meses de março e abril o Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE) — campus de Rio Claro e a Faculdade de Odontologia de Araraquara receberam a visita de professores de outros países, que estabeleceram contatos e intercâmbios nos diversos setores de pesquisa desenvolvidos pelos docentes e alunos dessas unidades.

IGCE

O curso de pós-graduação em Geografia, área de concentração em Organização do Espaço, do IGCE, recebeu três professores, que ministraram cursos intensivos: Paul Yves Denis, da Universidade de Quebec, Canadá — "Organização do Espaço e a Questão do Planejamento para o Desenvolvimento"; Carles Carreras, da Universidade de Barcelona — "Geografia Urbana: Perspectiva Internacional e Tendências Recentes" e Daniel Noin, da Universidade de Paris I — "Geografia da População: A Transição Demográfica".

ODONTO

O professor Rohit Sachdeva, da Universidade de Connecticut USA, esteve de 30 de março a 17 de abril no Departamento de Clínica Infantil da FOA, ministrando o curso "A Técnica do Arco Segmentado — Conceitos Modernos", havendo a participação de 25 professores convidados de diversas universidades brasileiras, sob a coordenação do professor Joel Cláudio da Rosa Martins.

Docentes em atividades

• O professor **Edson Soares Diniz**, do Departamento de Sociologia e Antropologia da FEFCS — campus de Marília, estará afastado até novembro para participar das atividades docentes na qualidade de "visiting scholar" no Center for Latin American Studies da Universidade da Flórida, nos Estados Unidos, a convite do diretor dessa Instituição, professor Terry L. McCoy.

• O professor **Gerhard Peter Daulesberg**, do Departamento de Música do IAP, a convite da Embaixada do Brasil em Paris, participou do concerto promovido pela UNESCO em homenagem ao compositor Heitor Villa-Lobos por ocasião da passagem do centenário de seu nascimento em 5 de março deste ano. A apresentação do concerto foi na grande Sala do plenário da entidade em Paris.

• O professor do IAP e regente do Coral da UNESP, **Samuel Kerr**, desde março é o apresentador do programa "Allegro" da TV Cultura, que vai para o ar ao vivo todas as quintas-feiras, às 19:40 horas, no Teatro Franco Zampari (metrô Tiradentes). A entrada é franca.

• A professora **Silvana Artioli Schellini**, do Departamento de Oftalmologia e Otorrinolaringologia da Faculdade de Medicina — campus de Botucatu, recebeu o prêmio "Varilux Senior" da Oftalmologia Nacional, por seu trabalho de mestrado "O cão como animal de experimentação em Oftalmologia. Estudo de variáveis fisiológicas e de aspectos estruturais e ultra-estruturais do corpo ciliar". O prêmio que será entregue no dia 5 de junho consiste em uma viagem para Paris e a quantia de 350 dólares.

ESTANTE

Gadotti: a política na educação

PENSAMENTO PEDAGÓGICO BRASILEIRO, de Moacir Gadotti: Editora Ática — Série Fundamentos, 160 páginas, Cz\$ 112,00.

Para quem pretende conhecer ou necessita de um roteiro mais ou menos completo da produção bibliográfica brasileira no campo da pedagogia, a leitura do mais recente livro do professor Gadotti é altamente recomendável.

Dividido em nove capítulos, o professor produziu um texto que discute os fundamentos das obras dos mais representativos pensadores da pedagogia brasileira: Paulo Freire, Carlos R. Brandão, Rubem Alves e outros de igual importância.

O fundamental do trabalho de Gadotti é que ele não se limita a descrever as linhas gerais de cada um desses autores, mas percorre a sua trajetória, tanto indicando a gênese do seu pensamento quanto os limites apontados pelos críticos.

Por essas preocupações o livro já seria de leitura obrigatória para os especialistas no tema. Há, entretanto, um outro crédito a ser levado à sua conta — a sua preocupação didática. No primeiro capítulo

o autor explica, tanto a origem quanto a destinação primeira do livro. Surgido das preocupações demonstradas pelos alunos de mestrado e doutorado em sistematizar o pensamento pedagógico brasileiro o livro destina-se, fundamentalmente, a ser discutido no transcorrer das aulas e debates em classe, conforme as palavras do autor.

Entretanto, dada a natureza do seu trabalho, que extrapola os limites da simples análise pedagógica e deságua na análise política da prática educativa, o livro irá certamente encontrar leitores em outros campos e áreas do conhecimento, além dos mestrandos e doutorandos. Aliás, creio ser essa a preocupação maior do professor Gadotti, não apenas nesse, mas na maioria de seus livros.

Nesse sentido os capítulos oitavo e nono são de importância fundamental. No oitavo Gadotti descreve a sua própria trajetória intelectual, que partindo de uma concepção fenomenológica o leva a uma tentativa de aproximação com o marxismo e à proposição de uma nova pedagogia voltada para a superação da sociedade de classes através da educação.

O nono capítulo discute as funções do saber na sociedade de classes, buscando demonstrar a extrema necessidade de se romper com essa pedagogia e a adoção de uma pedagogia de bases dialéticas, a única capaz de permitir aos oprimidos a tomada de consciência e, a partir dela, a proposição de projetos revolucionários.

Obviamente, como todo autor de extensa e instigante obra, Gadotti tem seus seguidores e seus críticos. Os últimos poderão cobrar desse recente livro alguma precisão teórica, terminológica e histórica. Por exemplo, situar historicamente "opressores" e "oprimidos" ou mesmo a validade teórica desses conceitos. Poderão requerer uma definição histórica do papel desempenhado pela tecnoburocracia e suas relações com o capital financeiro e industrial, tanto brasileiro quanto internacional. Ou poderão exigir uma explicitação do papel da educação patrocinada pelo Estado na formação da consciência.

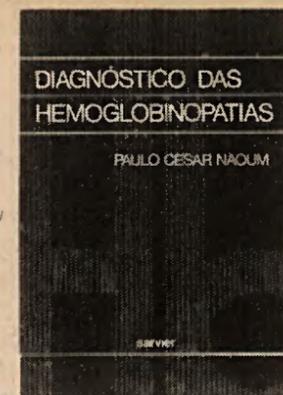
O que jamais poderão é negar a importância de Gadotti para o moderno pensamento pedagógico brasileiro. (Ivan Manoel, ILCSE — Araraquara).

Lançamento de Docente

DIAGNÓSTICO DAS HEMOGLOBINOPATIAS (Sarvier Editora de Livros Médicos Ltda., 242 páginas, Cz\$ 550,00), de Paulo César Naoum, docente do Departamento de Biologia do IBILCE — campus de São José do Rio Preto.

O livro é destinado a médicos, biólogos, biomédicos, bioquímicos e farmacêuticos que se dedicam à hematologia, análises ou patologia clínica. Tem o objetivo de oferecer a esses profissionais conhecimentos básicos e necessários para se efetuar o diagnóstico clínico e laboratorial das hemoglobinopatias mais frequentes no Brasil, notadamente a talassemia e anemia falciforme.

O autor procurou apresentar atualidades conceituais obtidas nos estudos das hemoglobinas variantes e das diversas formas



talasêmicas, expondo-as didaticamente e sem complicações. Dessa forma, justificam-se as 65 figuras e fotos, além de vários quadros e esquemas, distribuídos por vinte e três capítulos. Por outro lado, a experiência do autor, acumulada em dezessete anos de pesquisas em hemoglobinopatias, oferece ao leitor várias técnicas

sensíveis para análises de alterações hematológicas, genéticas e bioquímicas compatíveis com a nossa realidade tecnológica.

O livro recebeu a colaboração do professor Ivan de Lucena Angulo, da Faculdade Regional de Medicina, e hematologista do Hospital de Base de São José do Rio Preto, que escreveu dois capítulos referentes a clínica e tratamento das talassemias e anemia falciforme. O capítulo de Genética das Hemoglobinas foi escrito pelas professoras Marileila Varella Garcia e Ana Elizabeth Silva, do IBILCE.

Em conclusão, o livro oferece ao leitor ampla abordagem de assuntos interdisciplinares mas que convergem, uniformemente, para o diagnóstico das hemoglobinopatias — patologia hereditária que afeta cerca de seis milhões de brasileiros.

Sete novos títulos na área de Educação

A Cortez Editora publicou recentemente sete novos títulos na área de Educação: "Educação e Informática — Os computadores na escola", Fernando José Almeida; "Educação e Movimento Operário", Paulo Ghiraldelli Júnior;

"Educação em debate: uma proposta de pós-graduação", de Maria Luísa Santos Ribeiro e outros; "A escola crítica e a política cultural", Henry A. Giroux; "A escola do trabalho e o trabalho da escola", Luiz Antônio

Carvalho Franco; "História da Educação brasileira — A organização escolar", Maria Luísa Santos Ribeiro; "Política e Educação no Brasil — O papel do Congresso Nacional na Legislação do Ensino", Dermeval Saviani.

Formalizada incorporação do IFT à UNESP

O Instituto de Física Teórica (IFT) já está formalmente e de fato incorporado à UNESP, conforme autorização do Conselho Universitário de 19 de fevereiro. O ato de assinatura da incorporação se deu na reitoria, na manhã do dia 1º de junho, com a presença do reitor Jorge Nagle, do presidente da Fundação Instituto de Física Teórica, Chaim Samuel Hönl, de professores do IFT e de dirigentes da UNESP. Oscar Salla, presidente do Conselho Superior da Fapesp e um dos principais incentivadores da incorporação, também, prestigiou o evento.

A incorporação faz com que o IFT se enquadre no item do estatuto da Universidade na condição de "outra unidade", ao passo que a Fundação Instituto de Física Teórica se compromete a ceder ao Instituto o direito de uso de suas instalações, à rua Pamplona 145, na Capital, onde funciona desde a sua criação em 1950.

INÍCIO

O convênio de cooperação científica assinado entre a UNESP e o IFT em abril do ano passado foi o ponto de partida para a incorporação definitiva. No decorrer desse período a Universidade arcou com a folha de pagamento do pessoal do Instituto, que vinha enfrentando dificuldades de ordem financeira. A partir de agora o IFT passará a receber dotações regulares e o seu pessoal será absorvido pela Universidade, respeitando as situações particulares existentes.

Para o reitor Jorge Nagle, a passagem do IFT para a UNESP "representa a medida mais importante desta administração", considerando o seu nível de excelência, nacional e internacionalmente reconhecido. "A UNESP demoraria quinze, vinte anos para formar algo semelhante ao Instituto de Física Teórica" observou Nagle. "Estamos recebendo uma instituição formada".



Solenidade de assinatura do termo de Incorporação do IFT.

Na opinião do professor Chaim Samuel Hönl — que lembrou o interesse manifestado também pela USP e Unicamp em abrigar o IFT —, "a incorporação deverá ter um grande efeito para a UNESP e para a física teórica no Brasil". Para ele, um ponto importante é que o IFT tenha assegurado o padrão de excelência a que chegou, uma vez que seus docentes "têm o nível mais alto de produção científica per-capita na física teórica brasileira".

Durante os próximos três meses a nova unidade unespiana será dirigida por um conselho provisório, empossado no dia primeiro, cuja atribuição principal será efetivar a incorporação. Compõem o conselho os professores Ruben Aldrovandi (diretor *pro tempore*), Diógenes Galetti (vice-diretor *pro tempore*), Maria Cristina Batoni Abdalla (coordenadora de pesquisa), Gérson Francisco e Gerhard Wilhelm Bund (representantes docentes).

PORTAS ABERTAS

O IFT ministra somente cursos de pós-graduação, mas já está nos planos a abertura de curso de graduação a médio prazo, o mesmo acontecendo com a ampliação do quadro docente, que conta atualmente com dezesseis professores-pesquisadores.

Desde já, o IFT "está de portas abertas para docentes da Universidade", acentuou o professor Ruben Aldrovandi. "Talvez tenhamos problema de espaço físico, mas o Instituto está disposto a receber os professores interessados em utilizar sua estrutura".

DOCUMENTOS

Para que o IFT fosse oficialmente incorporado à UNESP, foram necessárias a formalização de um convênio entre a UNESP e a Fundação, até então mante-

nedora do IFT, e a adequação do regimento do Instituto ao da UNESP.

Através desse convênio, caberá à Fundação, além de permitir que o IFT continue usando suas instalações, sem qualquer ônus, ser responsável pela manutenção e atualização do acervo bibliográfico, que é considerado o mais completo do país na área e que conta atualmente com mais de 20 mil volumes. A Fundação também destinará parte de seus recursos ao IFT, bem como a outras instituições da Universidade dedicadas ao ensino e à pesquisa da física, além de auxiliar a execução de projetos de interesse do IFT, envolvendo inclusive recursos de agências financiadoras externas.

À UNESP caberá garantir o aprimoramento do ensino e da pesquisa nas ciências físicas e correlatas, e enviar à Fundação relatório anual das atividades desenvolvidas pelo IFT.

REGIMENTO

Quando o C.O. aprovou a proposta de incorporação do IFT, foi designada uma comissão mista das duas instituições para adequar o regimento do IFT ao da UNESP. Em 5 de maio, o anteprojeto elaborado pela comissão foi aprovado pelo C.O.

Segundo o regimento, os órgãos de administração do IFT são a Diretoria e o Conselho. A Diretoria, órgão executivo, será exercida pelo diretor, auxiliado pelo vice-diretor, que serão nomeados pelo reitor com base em listas tripliques de professores, propostas pelo Conselho. Junto à Diretoria funcionarão também uma Comissão de Ensino e um coordenador de pesquisa.

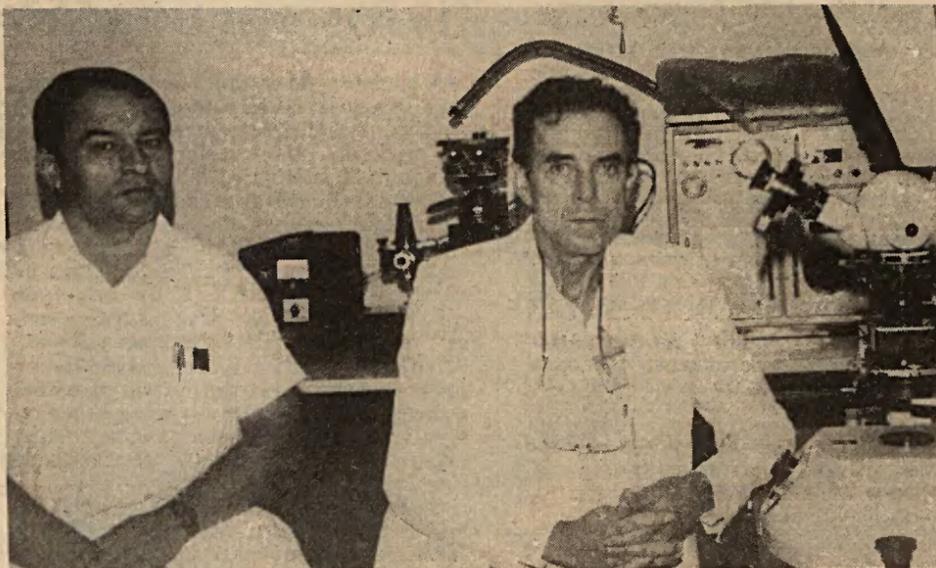
O Conselho, que é o órgão de supervisão de ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade, será composto pela Diretoria, representantes docentes, discentes e dos servidores, e se reunirá ordinariamente a cada dois meses.

Pesquisa conjunta entre engenheiro e odontólogo

Um maior intercâmbio entre as várias áreas e unidades pode ser um caminho para o enriquecimento da produção científica. É o que demonstra a experiência de dois professores da UNESP que uniram esforços para a realização de uma pesquisa. São os professores José Benedito de Mello, do Departamento de Odontologia Restauradora da Faculdade de Odontologia-campus de São José dos Campos, e Benedito Roberto dos Santos do Departamento de Materiais e Tecnologia da Faculdade de Engenharia-campus de Guaratinguetá, e também professor no Instituto Tecnológico Aeronáutico (ITA), que estão desenvolvendo uma pesquisa para qualificação de vernizes e resinas usados em restaurações dentárias.

Tudo começou quando o professor José Benedito, para realizar o trabalho, esbarrou em uma limitação: testar a dureza dos materiais, uma especialidade de outra área que não a sua. Para resolver o problema, o professor procurou um especialista, o professor Benedito Roberto.

Essa, entretanto, não é a primeira vez que os dois professores trabalham juntos no desenvolvimento de uma pesquisa. A primeira foi em 72, quando o pro-



Os docentes José Benedito e Roberto junto ao equipamento do ITA.

fessor José Benedito estava elaborando sua tese de doutorado sobre "Profundidades das Fossas Mandibulares em Crânios Humanos" e precisou de um equipamento para fixação e um para medição dos 760 crânios estudados. Foi o professor Roberto quem o ajudou a construir os dois aparelhos, sendo que

um deles ainda hoje é utilizado por José Benedito em, por exemplo, radiografias de pacientes.

A experiência de trabalho conjunto deu certo e, há dois anos, começaram a desenvolver essa pesquisa sobre materiais restauradores de dentes.

A pesquisa, que conta também com a

participação de um outro docente da FO, a professora Maria Amélia Maximo de Araújo, também do Departamento de Odontologia Restauradora, é analisar a dureza das resinas usadas em restaurações e sua relação com os vernizes, cuja função é proteger a polpa do dente. O objetivo do trabalho é fornecer aos cirurgiões dentistas uma avaliação dos materiais existentes no mercado, possibilitando que o profissional selecione o mais adequado a cada caso.

Foram testados seis tipos de resinas cuja polimerização, ou seja, o processo de endurecimento, se dá quimicamente como no caso do conhecido Adaptic, entre outros, ou com luz, como o Herculite e o Durafill, além de oito tipos de vernizes usados com essas resinas. Para análise desses materiais, o professor José Benedito contou com o professor Roberto que fez todos os testes de medição no laboratório do ITA, e com a professora Maria Amélia, que ajudou na preparação dos corpos de prova.

O resultado do trabalho, que já está na fase final de análise e redação, será, assim que concluído, divulgado em publicações especializadas dirigidas aos profissionais da área.

Psicologia na formação do arte-educador

Desenvolver a percepção e a sensibilidade para a arte é um exercício inevitável quando se quer vivenciar o ato da criação artística. Em decorrência desse conceito, a disciplina de Processos de Expressão Vocal e Instrumental na Educação do Instituto de Artes de São Paulo (IAP) foi buscar na Psicologia subsídios para proporcionar ao futuro arte-educador atividades curriculares que o possibilite tomar conhecimento de suas dimensões emocionais e perceptivas.

A disciplina, que pertence ao curso de Educação Artística em Habilitação em Música (licenciatura), é de responsabilidade da professora de música e psicóloga Vera Helena Pessoa de Souza, que vem há dois anos realizando um trabalho com alunos do 4º ano a partir dos seguintes objetivos: a harmonização dos planos emotivos e cognitivos, promover a autoconsciência e a autodiferenciação, desenvolver a sensibilidade para o processo criativo na arte e proporcionar situações favorecedoras de experiências como arte-educador.

Esse trabalho teve início quando a professora Vera Helena dava aulas em escolas de 1º e 2º graus e percebia a necessidade de ter um conhecimento melhor do aspecto psicológico das crianças. Antes disso porém, "o arte-educador deve conhecer sua própria emoção para poder trabalhar com a do outro", afirma.

INTERDISCIPLINARIEDADE

Para a efetivação do trabalho na licenciatura, a opção foi utilizar as diferentes linguagens da Educação Artística (musical, plástica, cênica e verbal) integradas a algumas áreas de Psicologia e técnicas psicoterápicas, para que todos participem e colaborem mutuamente pa-



Professoras do IAP envolvidas em projeto multidisciplinar.

ra atingir o mesmo objetivo, ou seja, desenvolver a personalidade do futuro arte-educador.

A equipe multidisciplinar é formada pelas professoras Eunice Vaz Yoshiura (artes plásticas e expressão corporal), Regina Souza Pinto (artes cênicas), Sumi Butsugam (pedagogia) e o professor colaborador Carlos Kater (música), além da participação de quatro ex-alunos.

A música é o elemento aglutinador da atividade curricular da disciplina. Por isso, para integrar o trabalho de todos os especialistas o professor Carlos Kater compõe para cada aluno um conjunto de partituras — as "aleas". Com essas composições musicais, a professora Vera Helena trabalha a emoção dos alunos

através de conceitos como silêncio/hesitação/negação/afirmação/movimento e imitação, e os outros docentes "acompanham os efeitos e dão continuidade nas suas áreas na forma de dramatização, expressão corporal e plástica", explica Vera Helena.

MODELO CURRICULAR

Para confirmar que o trabalho desenvolvido na disciplina é uma experiência que além de ter dado certo está sendo observada como necessária para a formação do arte-educador, a professora Vera Helena teve oportunidade de expor um relatório sobre o assunto, no ano passado, no VI Encontro Internacional de Educadores pela Arte, na Argentina, onde no documento conclusivo do evento, o trabalho foi apontado como uma das propostas.

A professora informa que "a sugestão do Encontro é de que exista essa disciplina em todos os cursos de Educação Artística, e que haja nos currículos essa orientação de técnicas psicoterápicas na formação dos profissionais".

ILHP recebe livros em doação

A biblioteca do Instituto de Letras, História e Psicologia (ILHP) do campus de Assis recebeu como doação em testamento o acervo particular do professor Assis Pereira, composto de mais de 4.000 volumes.

Com a finalidade de catalogar, organizar e sistematizar o acervo, um grupo de professores e alunos do ILHP, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo — FAPESP, estão desenvolvendo o projeto "Biblioteca Carlos de Assis Pereira" para, em conjunto, resgatarem a preciosa herança bibliográfica legada pelo professor e poder incorporá-la ao patrimônio da biblioteca do campus. São livros raros, obras e revistas de significativo interesse para a comunidade local, como material de consulta e pesquisa.

O grupo é composto pelos professores Carlos Erivany Fantinati, Odete Penha Coelho, Elêusis Mirian Carpentieri, do Departamento de Literatura, Carlos Roberto de Oliveira e Sidinei Galli, do Departamento de História, que selecionaram e treinaram para a tarefa de sistematização cinco alunos dos dois cursos, assessorados por Acácio Santa Rosa, responsável pela biblioteca local.

O Projeto, que teve início em março e terminará em julho, representou também um interessante meio de integração entre professores e alunos, no sentido de um efetivo trabalho de docência, pesquisa e, inclusive, prestação de serviço à comunidade.

Centro ganha prêmio

O trabalho "Prevalência e distribuição de hemoglobinas anormais no Brasil" recebeu o Prêmio Estácio Gonzaga como o melhor trabalho em Hematologia apresentado durante o 11º Congresso Brasileiro da área, realizado em Belo Horizonte, de 10 a 15 de maio. O trabalho, cuja realização levou quatro anos, foi apresentado pela equipe do Centro de Referência de Hemoglobinas do Departamento de Biologia do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE) — campus de São José do Rio Preto. A autoria é do professor Paulo Cesar Naoum, que contou com a colaboração dos professores Cláudia Regina Bonini Domingos, Paulo Antonio Mazziero, Fernando Ferrari, todos do IBILCE, Haroldo Moreira (FCF-Araraquara), Firmino Alvares Filho (Barretos) e Zélia Arpini Sampaio (UFPI-Piauí).

Os resultados deste trabalho permitiram conhecer a prevalência das formas de patologia hereditária na população brasileira, representada pela análise de 60 mil pessoas provenientes de quarenta cidades e de dezoito estados do Brasil. Por outro lado, a inter-relação dos aspectos genéticos, hematológicos, bioquímicos, antropológicos e sociais representou o destaque científico do trabalho premiado.

Biblioteconomia foi ao DF

No período de 3 a 9 de maio, 38 alunos e quatro professores do Curso de Biblioteconomia da FEFCSD — campus de Marília, estiveram em Brasília para uma série de visitas a instituições de ensino e pesquisa e principalmente para conhecerem os sistemas de informação e bibliotecas governamentais, considerados dos mais avançados.

Entre as instituições visitadas, destacam-se a Biblioteca do Ministério da Justiça, Bibliotecas do Congresso Nacional e do Senado Federal, o Instituto Nacional do Livro, a Biblioteca Central da UNB e os sistemas de informações agrícolas da EMBRAPA e do CENAGRI (Centro Nacional de Informação Documental Agrícola), estes últimos ligados ao Ministério da Agricultura, e o IBICT — Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia, ligado ao CNPq.

Os alunos puderam ver demonstrações da operacionalização dos sistemas automatizados nas diversas bibliotecas, todas dotadas de computadores, tanto para os serviços corriqueiros como empréstimos de publicações, como para armazenamento e recuperação de informações.

Pós-Graduação na Inglaterra

No dia 28 de maio, uma comissão de representantes da Universidade de Sheffield, da Inglaterra, esteve na Reitoria da UNESP apresentando aos professores de diversos campus o que ela pode oferecer em termos de pós-graduação e pesquisa para estrangeiros.

A Universidade de Sheffield mantém disciplinas acadêmicas para estudo de pós-graduação e pesquisa nas áreas de Ciências Sociais, Direito, Ciências Puras, Arquitetura,

Educação, Medicina, Odontologia, Engenharia, Ciências Aplicadas e Tecnologia, Materiais e Artes.

Para obter maiores informações sobre os cursos específicos, escreva para:

The Registrar and Secretary
The University, Sheffield S10 2TN
Inglaterra

Telex 547216 UGSHEF G

A G E N D A

• 1º a 5/6. III Semana de Estudos da Ciência dos Alimentos. Promoção do Departamento de Alimentos e Nutrição da FCF — campus de Araraquara.

• 1º a 6/6. Curso "Teatro: Teoria e Prática". Promoção do Departamento de Letras Modernas do ILHP — campus de Assis.

• 2 a 6/6. Estudos sobre Atendimento Primário à Saúde. Promoção do Departamento de Psicologia da Educação do ILCSE — campus de Araraquara.

• 3/6. Mesa Redonda: Antropologia da África. Com os seguintes professores da USP: F. Mourão, Fábio Leite e Kabengele Munanga. Promoção do Departamento de Sociologia e Antropologia da FEFCSD — campus de Marília.

• 5/6. Apresentação do grupo de dança "Raça", no Teatro São Vicente de Assis. Promoção do Departamento de Linguística da ILHP — campus de Assis.

• 5 e 6/6. Festa Junina na Fazenda Lajeado, da FCA — campus de Botucatu. Promoção da Comissão de Atividades Culturais — Setorial e Diretório Acadêmico.

• 5 e 6/6. III JELE — Jornada de Ensino de Língua Estrangeira. Promoção dos Departamentos de Didática e Letras Modernas do ILCSE — campus de Araraquara.

• 6/6. Show "Choro da Terra", com o Coral do IPEA — campus de Presidente Prudente. No Teatro Municipal de Presidente Prudente, às 20 h.

• 6/6. Recital de violão em homenagem ao Centenário de Heitor Villa-Lobos. No Salão de Artes do ILHP — campus de Assis, às 20h. Promoção do Departamento de Letras Modernas.

• 8 a 12/6. Semana Villa-Lobos no IAP — campus de São Paulo de Piratininga. Estão programadas várias atividades como palestras, shows, vídeos, recitais e debates, que serão realizados no Anfiteatro do Instituto. Promoção dos Departamentos de Educação, Música e Expressão e Comunicação.

• 8 a 13/6. Curso de Extensão Universitária "História do Ensino Primário no Brasil". Promoção do Departamento de Administração e Supervisão Escolar da FEFCSD — campus de Marília.

• 9/6. Mesa Redonda: Aspectos do Pensamento Liberal Brasileiro. Com o historiador José Honório Rodrigues. Promoção do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da FEFCSD — campus de Marília.

• 10/6. Palestra com Dario Fo: Teatro e Política. Promoção do Departamento de Letras Modernas do ILHP — campus de Assis.

• 15 a 20/6. XIV Encontro de Psicologia de Assis. Promoção do Departamento de Psicologia Clínica do ILHP — campus de Assis.

• 18/6. Show musical com o Grupo Rumo. Promoção da ADUNESP-Regional. No ILHP — campus de Assis.

• 26 e 27/6. Curso "Uso do Computador na Odontologia". Promoção da Comissão Especial de Cursos de Educação Continuada, da FO — campus de Aracatuba.

• 29/6. Encontro Musical com o Ritmo e o Som de Schumann e Claudio Santoro. Organizado pela professora Maria de Lourdes Sekeff, do IAP — campus de São Paulo de Piratininga, o programa deste mês contará com a presença de Ilso Muner e Luiz Britto Passos Amato, que ilustrarão a palestra com sonatas para piano e violino. As 12h30, no Anfiteatro do Instituto, com entrada franca.



Vestibular/1987 da Vunesp é tido como modelar

“Modelar”. É com essa qualificação que o professor Nicolau Marmo, coordenador pedagógico do Curso Anglo Vestibulares, define o vestibular 87 da Vunesp, em matéria publicada no jornal da entidade, edição de fevereiro deste ano.

Concentrando sua análise nos vestibulares da Fuvest, Unicamp e Vunesp, Nicolau Marmo acredita que, de um modo geral, os vestibulares 87 foram melhores do que os de 86. Para ele, a Unicamp não foi muito feliz, apresentando uma primeira fase pouco abrangente e a segunda com tempo insuficiente. Quanto à Fuvest, ele acredita que foi um passo enorme abandonar o sistema unificado e partir para o vestibular por áreas. “Esse foi o melhor vestibular já realizado pela Fuvest. Claro que nem tudo saiu perfeito. A oportunidade para diversificar as provas nem sempre foi bem aproveitada, mas a competente Comissão Examinadora da Fuvest saberá aperfeiçoar aos poucos”.

Com relação à Vunesp, Nicolau Marmo acha que “desde que se desligou da Fuvest, há seis anos, partiu para o sistema de vestibular por áreas e hoje apresenta um sistema modelar que, com pequenas alterações, seria o ideal para os grandes vestibulares”.

PRIMEIRO LUGAR

O curso de Medicina Veterinária da FMVZ — campus de Botucatu — foi, em 87, na sua área, o mais procurado pelos vestibulandos em todo o Brasil, atingindo uma proporção de 33,2 candidatos por vaga. A segunda colocação foi para o curso da USP, com 28,2, e a terceira, para o curso da FCAV — campus de Jaboticabal, com 23,2 candidatos por vaga.

O levantamento dos dados foi feito pela Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior, junto a todas instituições no país, e referendada posteriormente pela Seção Técnica Acadêmica da FMVZ, que também consultou todas entidades brasileiras de ensino de Medicina Veterinária.

Fundunesp tem diretoria e conselho

Já foram indicados e nomeados oficialmente os membros que comporão a diretoria e o conselho curador da Fundação para o Desenvolvimento da UNESP — Fundunesp, cuja criação foi autorizada pelo Conselho Universitário no dia 19 de fevereiro.

Para o conselho curador, onde o reitor é sempre o presidente nato, foram nomeados, seguindo os critérios de áreas conforme determinam os estatutos da

fundação, os professores Nélson Múrcia, da FE-Guaratinguetá e Cristo Bladimiro Melios, do IQ-Araraquara, ambos de Ciências Exatas e Tecnologia; Cecília Magaldi (FM-Botucatu) e Marileila Varella Garcia (IBILCE-Rio Preto), de Ciências Biológicas e da Saúde; Newton Castagnolli (FCAV-Jaboticabal) e Flávio Massone (FMVZ-Botucatu), de Ciências Agrárias e Veterinárias; Lauro Frederico Barbosa Silveira (FEFCS-Marília) e Jürgen Languelbuch (IGCE-

Rio Claro) de Ciências Humanas, Filosofia, Letras e Artes.

O professor Nilo Odália, diretor do ILCSE-Araraquara, responderá pela presidência da Fundação, e os demais diretores são: Carminda da Cruz Landim (IB-Rio Claro), de Fomento à Pesquisa, Marco Aurélio Nogueira (ILCSE-Araraquara), de Publicações, e Cláudio José de França e Silva (economista e assessor de gabinete da reitoria), de Projetos Especiais.

Fotografando a Universidade

Captar momentos, fatos ou situações expressivas do cotidiano da Universidade e registrar essas imagens através de um dos meios de comunicação mais significativos da história: a fotografia. É a intenção do concurso “Fotografe a UNESP”, que a Comissão de Atividades Culturais (CAC) estará promovendo no mês de setembro.

Por ser um concurso de fotografia destinado a amadores, os interessados que por acaso não possuem uma máquina fotográfica não devem deixar de participar. “Empreste do vizinho, do amigo ou de um parente”, sugere a presidente da CAC, professora Lucia Helena Lodi.

O concurso é aberto a alunos, professores e funcionários, e, como informa Lucia Lodi, “os participantes têm total liberdade no sentido de registrar as mais diversas situações da vida da Universidade”.

“Fotografe a UNESP” foi uma maneira encontrada pela CAC de “criar uma oportunidade para que os unespianos possam refletir e sentir-se parte integrante do seu universo”, explica Lucia. Além disso, o concurso tem também o objetivo de promover integração na Universidade, considerando a sua distribuição em quatorze cidades: “Queremos proporcionar uma aproximação, uma identificação entre nosso meio universitário”, afirma a presidente da Comissão.

As fotos, de 18x24 cm, deverão ser remetidas à CAC até 4 de setembro, me-

diantes o preenchimento de uma ficha de inscrição, que deverá ser retirada junto a Seção de Graduação nas unidades. A sede da Comissão fica na reitoria — Praça da Sé, 108 — sobreloja.

O julgamento do concurso será feito de 9 a 11 de setembro por uma comissão especial, contando com o apoio e participação da Fotóptica, que irá indicar fotógrafos profissionais para fazer parte do júri, além de estabelecer os critérios para a seleção das fotos.

PRÊMIOS

O concurso tem duas categorias de premiação: preto e branco e colorida; cada participante poderá concorrer com até três fotos em cada uma. Serão atribuídos prêmios a seis trabalhos, três para cada categoria; poderá haver premiação especial, a critério da comissão julgadora.

Como prêmios, serão oferecidos, entre outros, um cruzeiro marítimo pelo navio Eugênio C, duas câmeras fotográficas YASHICA, uma câmera GOKO/FRATA — UF2 com “motor drive” e um flash eletrônico — FRATA, além de filmes virgens.

É objetivo da CAC, selecionar várias fotos do concurso, além das premiadas, e organizar uma exposição itinerante pelos campus.

Mais 60 bolsas são concedidas pela Capes/MEC

A Capes (Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) do MEC, concedeu à UNESP mais sessenta cotas de bolsas (adicionais) para o Programa Institucional de Capacitação de Docentes — PICD-1ª Fase e o de Demanda Social.

Para a execução do convênio anual de Demanda Social, foram concedidos recursos no valor de Cz\$ 1.671.600,00 referentes a 45 bolsas de estudo. O PICD 1ª Fase, que é semestral, conta com mais quinze bolsas, totalizando Cz\$ 929.400,00.

Somando-se as bolsas já concedidas no convênio inicial Capes/UNESP, estão em vigência neste ano 408,5 bolsas de estudo a nível de pós-graduação.

A diretoria da Capes informou recentemente que o valor das bolsas está sendo reajustado com base no salário dos docentes das Universidades Federais.

OUTROS

Também foram firmados com a Universidade, os seguintes convênios:

— com a Fundação Shunji Nishimura de Tecnologia, mantenedora da Escola de 1º e 2º Grau Técnica Agrícola de Pompéia, para intercâmbio técnico-cultural, procurando beneficiar os alunos de ambas instituições e a busca de novas técnicas no campo da agricultura.

— com o Ministério da Educação, visando cooperar na execução do Projeto do Curso de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Análise Ambiental, que está sendo implantado na Universidade Federal de Alagoas, de modo a promover a qualificação de recursos humanos para o fortalecimento dos sistemas de ensino e o desenvolvimento científico e tecnológico no país.

— com a Planesul — Planejamento e Consultoria Técnica S/C Ltda., para o desenvolvimento de pesquisa com alho na Faculdade de Ciências Agrônomicas (FCA) — campus de Botucatu, visando a obtenção de diversos cultivares livres de vírus, através da técnica de cultura de tecido.

— com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), a qual repassou, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Cz\$ 2.464.000,00 para o projeto “Imunopatologia da Paracoccidiodomicose” do Departamento de Patologia da Faculdade de Medicina — campus de Botucatu.

Duas unidades inauguram novos prédios

Foram realizados no mês passado inaugurações de novos prédios nas dependências da Faculdade de Ciências Agrônomicas (FCA) — campus de Botucatu e na Faculdade de Odontologia — campus de Araçatuba.

No dia 22, como parte do programa de comemoração dos 22 anos de criação do curso de Agronomia da FCA, dirigida pelo professor Ricardo Veiga, o principal prédio inaugurado foi a Central de Salas de Aula I, que conta com mais de 1.200 m² de construção, compreendendo dois anfiteatros e oito salas. As outras instalações, que iniciaram suas atividades, foram o Ambulatório Médico, a lanchonete do Diretório Acadêmico da Agronomia e o prédio do Núcleo de Extensão de Serviços à Comunidade (NESC).

Com a presença do reitor, Jorge Nagle, e do Secretário da Agricultura, Antonio Tidei de Lima, as festividades prosseguiram com palestras, exposição de pinturas sobre a Fazenda Lageado e um concerto de flauta e violão.



O diretor da FCA, Ricardo Veiga, e a professora Sônia Bergamasco ao lado do secretário de Agricultura, deputado Tidei de Lima, e do prefeito de Botucatu, Jamil Cury, na inauguração do NESC.

CLÍNICA II

Contando com 45 boxes individuais montados com equipes odontológicas dos mais modernos, foi inaugurada no dia 18 de maio a Clínica II da Faculdade de Odontologia do campus de Araçatuba, cujo diretor é o professor Roberto Holland.

A construção, que teve início no segundo semestre de 84, tem 900 m², incluindo as áreas de suporte para o funcionamento da clínica: laboratórios, raios X, câmara escura e arquivos de prontuários.

A inauguração desse nova Clínica fez parte da Semana de Comemoração dos 30 anos da FOA.

PIAP lança disco e amplia programação

Como recompensa pelo primeiro lugar arrebatado no II Prêmio Eldorado de Música, realizado em dezembro do ano passado, o PIAP — Grupo de Percussão do IAP — acaba de lançar o seu primeiro disco e já está com uma viagem programada para os Estados Unidos em outubro.

O lançamento do disco foi no Maksoud Plaza, no dia 19 de maio, quando o Grupo apresentou para a platéia que lotava o teatro um concerto cujo repertório foi praticamente o mesmo do disco, com alguns acréscimos. As peças adicionais foram a primeira audição de Ritmado da compositora brasileira Teresa Fagundes Lima, Dichotomy, de Anthony Cironi, onde os instrumentos de pele são confrontados com os de teclados e o ritmo latino de La Polka de Mamma, do guatemalteco José Alejandro de Leon.

Para encerrar o recital e atender aos entusiasmados pedidos de bis, o Grupo apresentou Scherzo, de William Schinstine, uma peça onde nenhum instrumento musical foi usado, além das mãos e pés dos músicos. Afinal, a proposta do Grupo — como a do disco — “é mostrar as várias tendências da música de percussão”, explica o criador e diretor do Grupo, o americano John Boudler.

Numa progressão constante de atividades ao longo dos nove anos de existência, o grupo de alunos do curso de Bacharelado em Percussão do IAP apresentou, só em 86, trinta concertos, que culminou com a vitória do Prêmio Eldorado de Música, com a gravação desse disco (pelo selo Eldorado e que já está à venda nas lojas) e com a excursão aos EUA.

PROGRAMA

Logo após o lançamento do disco no Maksoud, o PIAP se apresentou, no dia 25, junto à Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, no Teatro Copan, pelo programa “Encontros Sinfônicos de Outono”. Duas das obras apresentadas — Concerto para



PIAP no Maksoud Plaza: criatividade que empolgou a platéia.

Percussão e Orquestra, de Henry Cowell, e Ephrata, de Dennis Eberhard — foram regidas por John Boudler, tendo o PIAP como solista.

O Grupo fez também um concerto no IAP, no dia 27, no “Concurso Ritmo e Som”, onde executou composições feitas pelos próprios alunos do Instituto e, no dia 6 de junho, lançou seu disco em Curitiba, no Teatro do Sesi.

Ainda neste mês, John Boudler estará com o Grupo regendo a ópera “Carmina Burana”, de Carl Orff, junto ao Coral do Estado de São Paulo, com apresentações no Maksoud Plaza (dia 9), no IAP (dia 11 — entrada franca), no Portal do Morumbi (dia 18) e no Masp (dia 19), sempre às 21h.

PARA OS EUA

Já está programada para outubro a primeira turnê internacional do Grupo, quando irá apresentar dez concertos em várias universidades de renome no ensino da música, como a de Buffalo, Nova York e Detroit, entre outras. Destaca-se no programa a participação na Convenção Internacional de Percussionistas, que será realizada em St. Louis e que irá reunir nada menos do que cinco mil percussionistas do mundo inteiro.

Apesar das dificuldades — irá percorrer cinco mil km de ônibus em menos de um mês —, essa excursão pelos Estados Unidos representa não só uma oportunidade de intercâmbio como também de mostrar um programa estritamente brasileiro.

O virtuosismo da percussão e de John Boudler

Sair do fundo da orquestra e ganhar a posição de solista e de grupo independente é façanha incomum entre os músicos de percussão, que até pelo menos há cinquenta anos eram relegados à “cozinha” da orquestra. Por isso, a vitória no II Prêmio Eldorado de Música, a recente gravação de um disco e o projeto da viagem pelos Estados Unidos são fatos que valem os merecidos aplausos e o reconhecimento do mérito do criador, professor, diretor e, até mesmo, empresário do Grupo, o percussionista John Boudler.

Afinal, impossível negar o virtuosismo desse americano que se transferiu ao Brasil, em 78, como timpanista da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo e professor do IAP, onde, até então, a disciplina de percussão era optativa e que, por sua iniciativa, logo no ano seguinte, tornou-se curso de bacharelado. Além de dar aulas, John formou o Grupo de Percussão como um meio de aperfeiçoamento acadêmico-artístico dos alunos e veículo para divulgação do repertório para percussão.

Já no primeiro ano de atividades, o Grupo fez suas primeiras apresentações, apesar das limitações em termos de instrumentos e número de integrantes. Por isso, as peças escolhidas eram basicamente as mais simples, o que não excluiu First Construction, de John Cage. Mas para que ela fosse executada foram necessários oito meses de ensaio, para se chegar ao nível exigido pelo professor. “Nosso objetivo sempre foi privilegiar a qualidade acima de tudo”, afirma.

Formado pela Universidade de Nova York em Buffalo, onde também obteve o título de “Master of Fine Arts”, John ganhou, em 77, aos 23 anos, o mais alto prêmio para Percussão Solo no Concurso Internacional de Munique, na Alemanha, além de ter realizado nove turnês pela Europa, destacando-se como Duo Experimental ao lado da soprano Martha Herr. No American Conservatory of Music, em Chicago, concluiu em 83 o curso de doutoramento, recebendo o título de “Doctor of Musical Arts”. Foi também membro fundador e empresário do grupo “Percussão Agora”, o que lhe rendeu uma bagagem valiosa para o Grupo: é ele o responsável pela crescente movimentação da agenda do PIAP, que inclui hoje até uma turnê internacional.

Além de ter se firmado como um conjunto tecnicamente de primeira ordem, outra característica justifica seu sucesso: a variedade de temas do repertório escolhido, que inclui peças de várias épocas, compositores e gêneros, e que reflete a própria postura do diretor: “nosso objetivo é apresentar o que há de mais expressivo em termos de percussão, sendo o mais leal possível ao compositor, e deixar que o próprio público julgue a obra”.



John Boudler

“A nossa música” contra a percussão

JOÃO MARCOS COELHO

Evidentemente, a palavra “música” tem sentidos muitíssimo diferentes, nas falas de Rousseau e de Varèse. No entanto, o século e meio que os separa esconde um complexo itinerário, onde o papel da percussão passa de agente absolutamente secundário ao primeiro plano da criação musical.

“A nossa música” — é da ocidental que Rousseau fala — age fisicamente sobre os corpos quando configurada nos tambores e instrumentos de percussão, já no século 18 confinados seja aos ritos de transe e posse, seja ao último lugar na dita música ocidental. O século seguinte — com toda a sua explosão instrumental ao nível do classicismo vienense e do romantismo europeu — passou ao largo da percussão, recalçando-a ainda mais.

Ao recusar a música como história ou abstração psicológica ou filosófica, Varèse introduziu em seu universo criativo — e, por consequência, no âmbito da “nossa” música — a uma nova noção de melodia (ou “ritmica melódica”, como quer Pierre Boulez). A esta ritmica melódica, Varèse adiciona uma espécie de ritmica contrapônica baseada em ostinatos de alturas, notas repetidas e modos de ataque constantemente variados (ainda Boulez).

“Ionisation”, de 1931 — a primeira peça exclusivamente dedicada à percussão, que a trouxe de volta ao centro do palco, desrecalcando-a —, usa apenas duas sirenes como instrumentos de música propriamente ditos. E desferiu um

“Se a nossa música tem pouco poder sobre as afecções da alma, por outro lado é capaz de agir fisicamente sobre os corpos”.

Dictionnaire de Musique, de Jean-Jacques Rousseau, Paris, 1768

“A música não é uma história e muito menos uma abstração psicológica ou filosófica”

Edgard Varèse, 1921

duro golpe, seja sobre a noção mesma de “instrumento musical”, seja na construção de uma composição — no caso, a partitura é um catálogo de sinais, um esquema abstrato que busca capturar volumes e evoluções sonoras.

Este palavrório teorizante era necessário, para que se torne transparente a enorme significação do primeiro LP do Grupo de Percussão do Instituto de Artes do Planalto — UNESP. Progressivamente afastada da música dita de concerto, a percussão acabou encontrando um fértilíssimo filão na música popular. Ou não foi um “auê” quando Red Norvo, nos anos 30, introduziu o xilofone e em seguida o vibrafone no jazz? E seus seguidores mais imediatos, Milt Jackson, do Modern Jazz Quartet, e os mais recentes Gary Burton e

Bobby Hutcherson? E Dizzy Gillespie, que foi buscar o percussionista Chano Pozo em Cuba, nos anos 40? E o êxito que desde o final dos anos 60 fazem nos EUA percussionistas brasileiros como Airton Moreira, Naná Vasconcelos?

Mas — e disto ninguém duvida hoje — a percussão constituiu o caminho da libertação definitiva da música contemporânea em relação aos padrões tradicionais da “nossa música”. E justamente através da vanguarda dos anos 30 e 40. Isto é, Edgard Varèse e John Cage, em seguida desembocando na música concreta, eletroacústica e finalmente na música eletrônica.

O grupo de músicos liderados por John Boudler capta este entrecruzar crucial da música contemporânea, ao executar “Ionisation” de Varèse, e a segunda e terceira

construções de John Cage (de 1940 e 1941). Abre as portas para as primeiras composições brasileiras dedicadas à percussão — “Estudo” de Camargo Guarnieri, que faz 80 anos em 1987 e “Variações Rítmicas”, de Marlos Nobre — e ainda mostra a versatilidade desta formação aparentemente hermética no delicioso “Log Cabin Blues” de George Hamilton Green, de 1924.

Certa ocasião, Varèse desfez um equívoco que ainda teima em rondar a cabeça das pessoas: “Sempre houve uma defasagem entre o compositor e sua geração. A explicação habitual deste fenômeno é que o artista está à frente de seu tempo; mas isso é absurdo. O fato é que o artista criativo representa de modo especial o seu próprio tempo; e o atrito entre ele e seus contemporâneos resulta de que as massas estão — por disposição e experiência — cinquenta anos atrasadas”.

Estamos em 1987, cinquenta e seis anos após a composição de “Ionisation”. E este LP é a prova definitiva de que nós, ouvintes, estamos mesmo meio século atrasados em relação à criação musical, pois só agora uma gravação dessas sai por uma gravadora comercial, frequenta as lojas de discos — e leva boa chance (enorme, se houvesse alguma relação entre qualidade de música/ intérpretes com vendagem) de ser compreendido por públicos mais amplos.

O autor é crítico de música